

# UM MAPA DA IDEOLOGIA

*Theodor Adorno • Peter Dews • Seyla Benhabib  
Jacques Lacan • Louis Althusser • Michel Pêcheux  
Nicholas Abercrombie • Stephen Hill  
Bryan S. Turner • Göran Therborn • Terry Eagleton  
Richard Rorty • Michèle Barret • Pierre Bourdieu  
Fredric Jameson • Slavoj Žižek*

Organização  
*Slavoj Žižek*

Tradução  
*Vera Ribeiro*

Revisão de tradução  
*César Benjamin*

*1ª reimpressão*

**CONTRAPONTO**

Título original: Mapping Ideology

© Verso 1994

© da tradução, Vera Ribeiro 1996

Direitos adquiridos para a língua portuguesa por  
CONTRAPONTO EDITORA LTDA.  
Caixa Postal 56066 – CEP 22292-970  
Rio de Janeiro, RJ – Brasil  
Tel. / fax (021) 275-0751

Vedada, nos termos da lei, a reprodução total  
ou parcial deste livro sem autorização da editora.

Projeto gráfico  
*Regina Ferraz*

Revisão tipográfica  
*Tereza da Rocha*

1ª edição, junho de 1996  
Tiragem: 2.000 exemplares

1ª reimpressão, março de 1999  
Tiragem: 1.000 exemplares

---

Um mapa da ideologia / Theodor W. Adorno... [et. al.] ; organização Slavoj Žižek ;  
tradução Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro : Contraponto, 1996.  
337 p.

Tradução de: Mapping Ideology  
Inclui bibliografia.

Conteúdo: Žižek, Slavoj. O espectro da ideologia. – Adorno, Theodor W. Mensagens numa garrafa. – Dews, Peter. Adorno, pós-estruturalismo e a crítica da identidade. – Benhabib, Seyla. A crítica da razão instrumental. – Lacan, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do Eu. – Althusser, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). – Pêcheux, Michel. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. – Abercrombie, Nicholas. Hill, Stephen e Turner, Bryan S. Determinismo e indeterminismo na teoria da ideologia. – Therborn, Göran. As novas questões da subjetividade. – Eagleton, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. – Rorty, Richard. Feminismo, ideologia e desconstrução: uma visão pragmática. – Barrett, Michèle. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. – Bourdieu, Pierre e Eagleton, Terry. A *doxa* e a vida cotidiana: uma entrevista. – Jameson, Fredric. O pós-modernismo e o mercado. – Žižek, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? ISBN 85-85910-12-7

1. Filosofia. 2. Sociologia. I. Adorno, Theodor W., 1903-1969. II. Žižek, Slavoj, 1949-

CDD – 100

## IDEOLOGIA E APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO (NOTAS PARA UMA INVESTIGAÇÃO)

*Louis Althusser*

### SOBRE A REPRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO<sup>1</sup>

Como disse Marx, qualquer criança sabe que uma formação social que não reproduzisse suas condições de produção ao mesmo tempo que as produzisse não duraria um ano.<sup>2</sup> A condição suprema da produção, portanto, é a reprodução das condições de produção. Esta pode ser "simples" (quando reproduz exatamente as condições de produção anteriores) ou "ampliada" (quando as aumenta). Por ora, vamos ignorar a última distinção.

*Que vem a ser a reprodução das condições de produção?*

Entramos aqui num campo ao mesmo tempo muito familiar (desde o volume II de *O capital*) e singularmente desconhecido. As evidências tenazes (evidências ideológicas de tipo empírico) oriundas do ponto de vista da simples produção, ou mesmo as da mera prática produtiva (ela própria abstrata em relação ao processo de produção), estão tão integradas em nossa "consciência" cotidiana que é extremamente difícil, para não dizer quase impossível, elevarmos-nos ao *ponto de vista da reprodução*. No entanto, fora desse ponto de vista tudo permanece abstrato (mais que parcial: distorcido) — mesmo no nível da produção e, *a fortiori*, no da simples prática.

Tentemos examinar a questão metodicamente.

Para simplificar nossa exposição, e presumindo que toda formação social surja de um modo de produção dominante, podemos dizer que o processo de produção põe em movimento as forças produtivas existentes em e sob a vigência de relações de produção definidas.

Daí decorre que, para existir, toda formação social, ao mesmo tempo que produz, e para poder produzir, tem que reproduzir as condições de sua produção. Portanto, tem que reproduzir:

1. as forças produtivas;
2. as relações de produção existentes.

*A reprodução dos meios de produção*

Atualmente, todos (inclusive os economistas burgueses que trabalham com a contabilidade nacional, ou os modernos "teóricos macroeconômicos") reconhecem, porque Marx o demonstrou convincentemente no volume II de *O capital*, que a produção só se torna possível se for assegurada a reprodução das condições materiais de produção: a reprodução dos meios de produção.

O economista primário, que nisso não difere do capitalista primário, sabe que, a cada ano, é essencial prever como repor o que foi usado ou gasto na produção: matérias-primas, instalações fixas (prédios), instrumentos de produção (máquinas) etc. Digo o economista primário = capitalista primário porque ambos expressam o ponto de vista da empresa, contentando-se em raciocinar, simplesmente, nos termos da prática de contabilidade financeira da empresa.

Entretanto, graças ao talento de Quesnay, que foi o primeiro a formular esse problema "gritante", e à genialidade de Marx, que o resolveu, sabemos que a reprodução das condições materiais de produção não pode ser pensada no nível da empresa, porque não é aí que ela existe nas condições reais. O que acontece no nível da empresa é um efeito, que dá apenas uma idéia da necessidade da reprodução, mas não permite de modo algum que suas condições e mecanismos sejam pensados.

Basta um momento de reflexão para nos convenceremos disto: o sr. X, um capitalista que produz fios de lã em sua fiação, tem que "reproduzir" sua matéria-prima, suas máquinas etc. Mas *ele* não as produz para sua própria produção — outros capitalistas o fazem: um grande criador de carneiros australiano, o sr. Y, um dono de uma metalúrgica que produz máquinas-ferramenta, o sr. Z, etc. E, para fabricar os produtos que são a condição de reprodução das condições de produção do sr. X, o sr. Y e o sr. Z também têm que reproduzir as condições de sua própria produção, e assim indefinidamente — tudo isso em proporções tais que, no mercado nacional e até no mundial, a demanda de meios de produção (para reprodução) possa ser atendida pela oferta.

Para refletir sobre esse mecanismo, que leva a uma espécie de "cadeia interminável", é preciso seguir o proceder "global" de Marx e estudar, em especial nos volumes II e III de *O capital*, as relações entre a circulação do capital pelo Departamento I (produção de bens de produção) e o Departamento II (produção de bens de consumo) e a realização da mais-valia.

Não entraremos na análise dessa questão. Basta haver mencionado a necessidade de reproduzir as condições materiais de produção.

*Reprodução da força de trabalho*

Entretanto, o leitor não terá deixado de observar uma coisa. Discutimos a reprodução dos meios de produção — mas não a reprodução das forças produtivas.

Portanto, não fizemos referência à reprodução daquilo que distingue as forças produtivas e os meios de produção, isto é, a reprodução da força de trabalho.

A observação do que acontece na empresa, em especial a partir do exame da prática de contabilidade financeira que prevê a amortização e o investimento, podia nos dar uma idéia aproximada da existência do processo material de reprodução. Agora, no entanto, entramos num domínio em que a observação do que acontece na empresa é, senão totalmente, ao menos quase inteiramente cega, e por uma boa razão: a reprodução da força de trabalho ocorre essencialmente fora da empresa.

Como se assegura a reprodução da força de trabalho?

Ela é assegurada em se fornecendo à força de trabalho os meios materiais para sua reprodução: através dos salários. Os salários aparecem na contabilidade de cada empresa, mas como "capital aplicado em mão-de-obra",<sup>3</sup> e não como uma condição da reprodução material da força de trabalho.

Entretanto, é exatamente assim que ele "funciona", pois os salários representam apenas a parcela do valor produzido pelo dispêndio da força de trabalho, indispensável a sua reprodução: ou seja, indispensável à recomposição da força de trabalho do assalariado (os meios para pagar a moradia, a alimentação e o vestuário, em suma, para permitir que o assalariado torne a se apresentar no portão da fábrica no dia seguinte — e em todos os outros dias que deus lhe conceder); convém acrescentar: indispensável para criar e educar os filhos em quem o proletário se reproduz (em  $x$  exemplares em que  $x = 0, 1, 2$  etc) como força de trabalho.

Lembremos de que essa quantidade de valor (o salário) necessária à reprodução da força de trabalho não é determinada apenas pelas necessidades de um "biológico" salário mínimo garantido [*Salaire Minimum Interprofessionnel Garanti*], mas pelas necessidades de um mínimo histórico (Marx observou que os trabalhadores ingleses precisam de cerveja, enquanto os proletários franceses precisam de vinho) — isto é, historicamente variável.

Assinalemos que esse mínimo é duplamente histórico, por ser definido não só pelas necessidades históricas da classe trabalhadora, "reconhecidas" pela classe capitalista, mas pelas necessidades históricas impostas pela luta proletária de classes (uma dupla luta de classes: contra o aumento da jornada de trabalho e contra a redução dos salários).

Mas, para que a força de trabalho se reproduza enquanto tal, não basta assegurar as condições materiais de sua reprodução. Afirmamos que a mão-de-obra disponível deve ser "competente", isto é, apta a ser posta para trabalhar no complexo processo de produção. O desenvolvimento das forças produtivas e o tipo de unidade historicamente constitutiva das forças produtivas, num dado momento, geram o resultado de que a força de trabalho tem que ser (variadamente) qualificada e, portanto, reproduzida como tal. Dito de outra forma: de acordo

com os requisitos da divisão técnica e social do trabalho, com seus diferentes "cargos" e "postos".

Como se assegura a reprodução da qualificação (diversificada) da força de trabalho num regime capitalista? Neste, ao contrário das formações sociais caracterizadas pela escravidão ou pela servidão, a reprodução da qualificação da força de trabalho tende (trata-se de uma lei tendencial) cada vez menos a ser fornecida *in loco* (o aprendizado dentro da própria produção), sendo mais e mais obtida fora dela: através do sistema educacional capitalista e de outras instâncias e instituições.

Que se aprende na escola? Pode-se ir mais ou menos longe nos estudos, mas, seja como for, aprende-se a ler, escrever e contar — isto é, algumas técnicas e também algumas outras coisas, inclusive elementos de "cultura científica" ou "literária" (que podem ser rudimentares ou, ao contrário, esmerados), que têm uma utilidade direta nos diferentes cargos da produção (uma instrução para os trabalhadores manuais, uma para os técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma para a alta administração etc). É assim que se aprende o *savoir-faire*.

Mas, além dessas técnicas e conhecimentos, a escola também ensina as "normas" do bom comportamento, ou seja, a atitude a ser observada por cada agente na divisão do trabalho, conforme o emprego para o qual ele esteja "destinado": regras de moral, consciência cívica e profissional, que na verdade equivalem a normas de respeito pela divisão técnica e social do trabalho, e, em última instância, a normas da ordem estabelecida pela dominação de classe. Aprende-se também a "falar um francês apropriado", a "redigir" direito, isto é, na verdade (para os futuros capitalistas e seus servidores), a "comandar" de forma adequada, ou seja, (idealmente) a "dirigir-se aos trabalhadores" da maneira correta etc.

Para colocar isso em termos mais científicos, eu diria que a reprodução da força de trabalho requer não apenas uma reprodução de sua qualificação, mas também, ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução de sua submissão à ideologia vigente, para os trabalhadores, e uma reprodução da capacidade de manipular corretamente a ideologia dominante, para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que também eles assegurem "com palavras" a dominação da classe dominante.

Em outros termos, a escola (além de outras instituições de Estado, como a Igreja, ou outros aparelhos, como o Exército) ensina a "habilidade", mas sob formas que assegurem a *sujeição à ideologia dominante* ou o domínio de sua "prática". Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, para não falar dos "profissionais da ideologia" (Marx), devem, de um modo ou de outro, estar "impregnados" dessa ideologia, a fim de cumprir "conscientiosamente" suas tarefas — as tarefas dos explorados (os proletários), dos exploradores (os capitalistas), dos auxiliares da exploração (os administradores) ou dos sacerdotes da ideologia dominante (seus "funcionários") etc.

Assim, a reprodução da força de trabalho revela, como sua condição *sine qua non*, não apenas a reprodução de sua "qualificação", mas também a reprodução de sua submissão à ideologia dominante ou da "prática" dessa ideologia, com a ressalva de que não basta dizer "não apenas, mas também", pois está claro que *é nas formas e sob as formas da sujeição ideológica que se assegura a reprodução da qualificação da força de trabalho.*

Mas isso equivale a reconhecer a presença efetiva de uma nova realidade: a *ideologia.*

Neste ponto, faremos dois comentários.

O primeiro serve para rematar nossa análise da reprodução.

Acabamos de estudar rapidamente as formas da reprodução das forças produtivas, isto é, dos meios de produção, de um lado, e da força de trabalho, de outro.

Mas ainda não abordamos a questão da *reprodução das relações de produção.* Ora, essa é uma *questão crucial* para a teoria marxista do modo de produção. Deixá-la de lado seria uma omissão teórica — pior, um grave erro político.

Portanto, vamos discuti-la. Mas, para obter os meios para discuti-la, teremos que fazer outra longa digressão.

O segundo comentário é que, para fazer essa digressão, somos obrigados a levantar outra vez nossa velha questão: que é uma sociedade?

#### INFRA-ESTRUTURA E SUPERESTRUTURA

Em outra ocasião,<sup>4</sup> insistimos no caráter revolucionário da concepção marxista do "todo social", no que ela se distingue da "totalidade" hegeliana. Afirmamos (e essa tese só repetia proposições famosas do materialismo histórico) que Marx concebeu a estrutura de cada sociedade como sendo constituída por "níveis", ou "instâncias", articulados por uma determinação específica: a *infra-estrutura* ou base econômica (a "unidade" das forças produtivas e das relações de produção) e a *superestrutura*, que por sua vez contém dois "níveis", ou "instâncias": a jurídico-política (o direito e o Estado) e a ideológica (as diferentes ideologias, religiosa, ética, legal, política etc).

Além de seu interesse teórico-didático (que revela a diferença entre Marx e Hegel), essa representação oferece a seguinte vantagem teórica crucial: ela possibilita inscrever no aparelho teórico de seus conceitos essenciais o que chamamos de *índice de eficácia respectiva* desses conceitos. Que significa isso?

É fácil ver que essa representação da estrutura de toda sociedade, como um edifício que contém uma base (*infra-estrutura*) sobre a qual se erigem os dois "andares" da *superestrutura*, constitui uma metáfora, ou, para ser exato, uma metáfora espacial: a metáfora de uma tópica [*topique*].<sup>5</sup> Como qualquer metáfora, esta sugere algo, torna algo visível. O quê? Precisamente isto: que os andares

superiores não poderiam "sustentar-se" sozinhos (no ar), se não se assentassem sobre sua base.

Portanto, o objetivo da metáfora do edifício é, antes de tudo, representar a "determinação em última instância" pela base econômica. O efeito dessa metáfora espacial é dotar a base de um índice de eficácia conhecido pelos famosos termos: a determinação em última instância do que acontece nos "andares" superiores (da superestrutura) pelo que acontece na base econômica.

Dado esse índice de eficácia "em última instância", os "andares" da superestrutura são claramente dotados de diferentes índices de eficácia. Que tipo de índices?

Pode-se dizer que os andares da superestrutura não são determinantes em última instância, mas são determinados pela eficácia da base; que, se são determinantes à sua própria maneira (ainda indefinida), isso só é válido na medida em que eles são determinados pela base.

Seu índice de eficácia (ou de determinação), tal como determinado pela determinação em última instância da base, é pensado de duas maneiras na tradição marxista: (1) há uma "autonomia relativa" da superestrutura em relação à base; (2) há uma "ação recíproca" da superestrutura sobre a base.

Assim, podemos afirmar que a grande vantagem teórica da tópica marxista, isto é, da metáfora espacial do edifício (base e superestrutura), é, simultaneamente, que ela revela que as questões da determinação (ou do índice de eficácia) são cruciais; revela que é a base que determina, em última instância, todo o edifício; e que, por conseguinte, nos obriga a formular o problema teórico do tipo de eficácia "derivada", peculiar à superestrutura, ou seja, obriga-nos a pensar no que a tradição marxista chama, conjuntamente, de autonomia relativa da superestrutura e de ação recíproca da superestrutura sobre a base.

O maior inconveniente dessa representação da estrutura de toda sociedade através da metáfora espacial do edifício é, obviamente, o fato de ela ser metafórica, isto é, de permanecer *descritiva*.

Agora nos parece possível e desejável representar as coisas de outra maneira. Note-se bem: não rejeitamos de forma alguma a metáfora clássica, pois essa própria metáfora exige que a ultrapassemos. E não a ultrapassamos para rejeitá-la como ultrapassada. Queremos apenas tentar pensar aquilo que ela nos dá sob a forma de uma descrição.

A *partir da reprodução*, acreditamos, é possível e necessário pensar aquilo que caracteriza o essencial da existência e da natureza da superestrutura. Adotando-se o ponto de vista da reprodução, esclarecem-se imediatamente muitas das questões que a metáfora espacial do edifício havia mostrado existir, mas às quais ela não podia dar uma resposta conceitual.

Nossa tese fundamental é que não é possível formular essas perguntas (e, portanto, respondê-las), a não ser do ponto de vista da reprodução.

Faremos uma breve análise do Direito, do Estado e da Ideologia *sob esse ponto de vista*. E revelaremos o que acontece do ponto de vista da prática e da produção, por um lado, e do da reprodução, por outro.

#### O ESTADO

A tradição marxista é clara: no *Manifesto Comunista* e em *O Dezoito Brumário* (bem como em todos os textos clássicos posteriores, sobretudo nos escritos de Marx sobre a Comuna de Paris e nos de Lênin em *O Estado e a revolução*), o Estado é explicitamente concebido como um aparelho repressor. O Estado é uma "máquina" de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX, a classe burguesa e a "classe" dos grandes latifundiários) assegurarem sua dominação sobre a classe trabalhadora, submetendo estas últimas ao processo de extorsão da mais-valia (isto é, à exploração capitalista).

O Estado, portanto, é antes de tudo o que os clássicos marxistas chamaram de *Aparelho de Estado*. Esse termo significa: não apenas o aparelho especializado (no sentido estrito) cuja existência e necessidade reconhecemos pelas exigências da prática jurídica, isto é, a polícia, os tribunais e os presídios, mas também o exército, que intervém diretamente (o proletariado pagou com seu sangue essa experiência) como força repressora suplementar em última instância, quando a polícia e seus corpos auxiliares especializados são "superados pelos acontecimentos"; e, acima desse conjunto, o chefe de Estado, o governo e a administração.

Apresentada dessa maneira, a "teoria" marxista-leninista do Estado toca no ponto essencial, e nem por um momento se pode pensar em rejeitar o fato de que esse é realmente o ponto essencial. O Aparelho de Estado, que define o Estado como força de execução e intervenção repressoras, "a serviço das classes dominantes", na luta de classes conduzida pela burguesia e seus aliados contra o proletariado, é com certeza o Estado, e isso certamente define sua "função" fundamental.

#### *Da teoria descritiva à teoria como tal*

No entanto, também aqui, como assinaléi com respeito à metáfora do edifício (infra-estrutura e superestrutura), essa representação da natureza do Estado ainda é parcialmente descritiva.

Como teremos a oportunidade de usar esse adjetivo (descritivo) diversas vezes, faz-se necessária uma palavra de explicação para eliminar qualquer ambigüidade.

Quando, ao falarmos da metáfora do edifício ou da "teoria" marxista do Estado, afirmamos que essas são concepções ou representações descritivas de seus objetos, não tivemos maiores motivações críticas. Ao contrário, temos todas as razões para crer que as grandes descobertas científicas passam inevitavelmente

por uma fase que chamaremos de "teoria" *descritiva*. Essa é a primeira fase de qualquer teoria, ao menos no domínio de que tratamos (o da ciência das formações sociais). Como tal, podemos — e, em minha opinião, devemos — encarar essa fase como sendo transitória, necessária ao desenvolvimento da teoria. O fato de ela ser transitória está inscrito em minha expressão "teoria *descritiva*", que revela, em sua conjunção dos termos, o equivalente a uma espécie de "contradição". De fato, o termo teoria "choca-se", em certa medida, com o adjetivo "descritiva" que lhe foi anexado. Isso quer dizer, muito precisamente: (1) que a "teoria *descritiva*" realmente é, sem sombra de dúvida, o começo irreversível da teoria; mas (2) que a forma "descritiva" em que a teoria é apresentada requer, justamente como efeito dessa "contradição", um desenvolvimento da teoria que ultrapasse a forma da "descrição".

Deixemos essa idéia mais clara, retornando a nosso objeto presente: o Estado.

Quando dizemos que a "teoria" marxista do Estado, de que dispomos, ainda é parcialmente "descritiva", isso significa, antes de mais nada, que essa "teoria" *descritiva* é justamente, sem sombra de dúvida, o começo da teoria marxista do Estado, e que esse começo nos dá o ponto essencial, isto é, o princípio decisivo de qualquer desenvolvimento posterior da teoria.

Com efeito, diremos que a teoria *descritiva* do Estado é correta, já que é perfeitamente possível fazer com que a vasta maioria dos fatos observáveis no domínio a que ela concerne corresponda à definição que ela fornece de seu objeto. Assim, a definição do Estado como um Estado de classe, que existe no Aparelho Repressivo de Estado, esclarece brilhantemente todos os fatos observáveis nas várias ordens de repressão, quaisquer que sejam seus domínios: desde os massacres de junho de 1848 e da Comuna de Paris, do Domingo Sangrento de maio de 1905 em Petrogrado, da Resistência, da Charonne etc, até as simples (e relativamente anódinas) intervenções de uma "censura" que proibiu *A religiosa*, de Diderot, ou uma peça de Gatti sobre Franco; ela lança luz sobre todas as formas diretas e indiretas de exploração e extermínio das massas populares (guerras imperialistas); lança luz sobre a sutil dominação cotidiana sob a qual se pode vislumbrar, nas formas de democracia política, por exemplo, o que Lênin, seguindo Marx, chamou de ditadura da burguesia.

Mas a teoria *descritiva* do Estado representa uma fase na constituição da teoria, a qual exige a "superação" dessa fase. Pois está claro que, se a definição em questão realmente nos fornece meios para identificar e reconhecer os dados da opressão, relacionando-os com o Estado concebido como Aparelho Repressivo de Estado, essa "inter-relação" dá margem a um tipo muito especial de evidência, sobre o qual teremos algo a dizer dentro em pouco: "É, é isso mesmo, isso é realmente verdade!" E a acumulação de fatos a respeito da definição de Estado pode multiplicar os exemplos, mas não faz realmente progredir a definição do Estado, isto é, a teoria científica do Estado. Toda teoria *descritiva*, por conseguinte, corre

o risco de “bloquear” o desenvolvimento da teoria, embora esse desenvolvimento seja essencial.

Por isso, para desenvolver essa teoria descritiva numa teoria como tal, ou seja, para compreender melhor os mecanismos do Estado em seu funcionamento, cremos ser indispensável acrescentar alguma coisa à clássica definição do Estado como Aparelho de Estado.

#### *Os fundamentos da teoria marxista do Estado*

Esclareçamos primeiramente um ponto importante: o Estado (e sua existência em seu aparelho) não tem sentido a não ser em função do *poder estatal*. Toda a luta política de classes gira em torno do Estado. Entendamos: em torno da posse, isto é, da tomada e preservação do poder estatal por uma certa classe, ou por uma aliança entre classes ou frações de classes. Esse primeiro esclarecimento nos obriga, portanto, a distinguir entre o poder estatal (conservação do poder estatal ou tomada do poder estatal), o objetivo da luta política de classes, de um lado, e o Aparelho de Estado, de outro.

Sabemos que o Aparelho de Estado pode sobreviver — como ficou provado pelas “revoluções” burguesas na França do século XIX (1830, 1848), pelos golpes de Estado (2 de dezembro, maio de 1958), pelos colapsos do Estado (a queda do Império em 1870, da Terceira República em 1940), ou pela ascensão política da pequena burguesia (1890-95 na França) etc — ele pode sobreviver a acontecimentos políticos que afetam a *posse* do poder estatal.

Mesmo depois de uma revolução social como a de 1917, grande parte do Aparelho de Estado sobreviveu após a tomada do poder estatal pela aliança do proletariado com o campesinato pobre: Lênin reiterou esse fato repetidamente.

Pode-se dizer que a distinção entre poder estatal e Aparelho de Estado faz parte da “teoria marxista” do Estado, sendo explícita desde o *Dezoito Brumário e As lutas de classes na França*, de Marx.

Para resumir a “teoria marxista do Estado” neste ponto, podemos dizer que os clássicos marxistas sempre afirmaram: (1) o Estado é o Aparelho Repressivo de Estado, (2) o poder estatal e o Aparelho de Estado devem ser distinguidos, (3) o objetivo da luta de classes concerne ao poder estatal e, por conseguinte, ao uso do Aparelho de Estado pelas classes (ou aliança de classes ou de frações de classes) que detêm o poder estatal em função de seus objetivos de classe, e (4) o proletariado deve tomar o poder estatal para destruir o Aparelho de Estado burguês existente e, numa primeira fase, substituí-lo por um Aparelho de Estado proletário e muito diferente, e depois, em fases posteriores, acionar um processo radical: o da destruição do Estado (o fim do poder estatal, o fim de todos os Aparelhos de Estado).

Nessa perspectiva, portanto, o que nós poderíamos propor para acrescentar à “teoria marxista” do Estado já está literalmente presente. Mas parece-me que, mesmo completada dessa forma, a teoria ainda é parcialmente descritiva, embo-

ra contenha agora elementos complexos e diferenciais, cujo funcionamento e ação não podem ser compreendidos sem recurso a um desenvolvimento teórico suplementar.

### *Os Aparelhos Ideológicos de Estado*

Logo, o que tem que ser acrescentado à “teoria marxista” do Estado é outra coisa.

Aqui, devemos avançar com cautela por um terreno em que, na verdade, os clássicos marxistas entraram muito antes de nós, mas sem sistematizarem sob forma teórica os avanços decisivos contidos em suas experiências e métodos. A rigor, suas experiências e métodos permaneceram, *grosso modo*, no campo da prática política.

Com efeito, em sua prática política, os clássicos marxistas trataram o Estado como uma realidade mais complexa do que a definição dele fornecida na “teoria marxista do Estado”, mesmo depois de ela ser suplementada como acabei de sugerir. Eles reconheceram essa complexidade em sua prática, mas não a expressaram numa teoria correspondente.<sup>6</sup>

Gostaríamos de tentar fazer um esboço muito esquemático dessa teoria correspondente. Por isso, propomos a seguinte tese.

Para fazer progredir a teoria do Estado, é indispensável levar em conta não apenas a distinção entre *poder estatal* e *Aparelho de Estado*, mas também uma outra realidade que está claramente ao lado do Aparelho (Repressivo) de Estado, mas não se confunde com ele. Designarei essa realidade por seu conceito: os *Aparelhos Ideológicos de Estado*.

Que são os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs)?

Eles não se confundem com o Aparelho (Repressivo) de Estado. Convém lembrar que, na teoria marxista, o Aparelho de Estado (AE) contém o governo, os ministérios, o exército, a polícia, os tribunais, os presídios etc, que constituem o que doravante denominaremos de Aparelho Repressivo de Estado. O “repressivo” sugere que o Aparelho de Estado em questão “funciona pela violência” — pelo menos no limite (pois a repressão, por exemplo a repressão administrativa, pode assumir formas não físicas).

Daremos o nome de Aparelhos Ideológicos de Estado a um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Delas propomos uma listagem empírica, que obviamente terá que ser examinada em detalhe, verificada, corrigida e reorganizada. Com todas as restrições envolvidas nessa exigência, podemos, de momento, considerar as seguintes instituições como Aparelhos Ideológicos de Estado (a ordem em que as listamos não tem nenhuma importância particular):

- o AIE religioso (o sistema das diferentes Igrejas);
- o AIE escolar (o sistema das diferentes “escolas”, públicas e particulares);

- o AIE familiar;<sup>7</sup>
- o AIE jurídico;<sup>8</sup>
- o AIE político (o sistema político, incluindo os diferentes partidos);
- o AIE sindical;
- o AIE da informação (imprensa, rádio e televisão etc);
- o AIE cultural (literatura, artes, esportes etc).

Afirmar que os AIEs não devem ser confundidos com o Aparelho (Repressivo) de Estado. Em que consiste a diferença?

Num primeiro momento, está claro que, enquanto há *um* Aparelho (Repressivo) de Estado, há uma *pluralidade* de Aparelhos Ideológicos de Estado. A unidade que constitui essa pluralidade de AIEs como um corpo — mesmo supondo que ela exista — não é imediatamente visível.

Num segundo momento, podemos constatar que, enquanto o Aparelho (Repressivo) — unificado — de Estado pertence inteiramente ao domínio *público*, a grande maioria dos Aparelhos Ideológicos de Estado (em sua aparente dispersão) pertence, ao contrário, ao domínio *privado*. Igrejas, partidos, sindicatos, famílias, algumas escolas, a maioria dos jornais, os empreendimentos culturais etc são particulares.

Deixemos de lado, por um momento, nossa primeira observação. Concentremo-nos na segunda, perguntando com que direito podemos considerar como Aparelhos Ideológicos *de Estado* instituições que, em sua maioria, não possuem um estatuto público e são, pura e simplesmente, instituições *privadas*. Como marxista consciente, Gramsci já previu essa objeção. A distinção entre o público e o privado é uma distinção interna ao direito burguês, e válida nos domínios (subalternos) em que o direito burguês exerce sua “autoridade”. O domínio do Estado lhe escapa, por estar “além do Direito”: o Estado, que é o Estado *da* classe dominante, não é público nem privado; ao contrário, é a condição para qualquer distinção entre o público e o privado. Digamos a mesma coisa, partindo agora de nossos Aparelhos Ideológicos de Estado. Não importa se as instituições em que eles se materializam são “públicas” ou “privadas”. O importante é como funcionam. As instituições privadas podem perfeitamente “funcionar” como Aparelhos Ideológicos de Estado. Uma análise razoavelmente minuciosa de qualquer dos AIEs comprova isso.

Agora, porém, vamos ao essencial. O que distingue os AIEs do Aparelho (Repressivo) de Estado é a seguinte diferença fundamental: o Aparelho Repressivo de Estado funciona “pela violência”, ao passo que os Aparelhos Ideológicos de Estado *funcionam* “pela ideologia”.

Podemos esclarecer as coisas, retificando essa distinção. Diremos, antes, que todo Aparelho de Estado, seja ele repressivo ou ideológico, “funciona” ao mesmo tempo pela violência e pela ideologia, mas com uma distinção importantíssima,

que torna imperativo não confundir os Aparelhos Ideológicos de Estado com o Aparelho (Repressivo) de Estado.

Trata-se do fato de que o Aparelho (Repressivo) de Estado funciona maciça e predominantemente *pela repressão* (inclusive a repressão física), e secundariamente pela ideologia. (Não existe um aparelho puramente repressivo.) Por exemplo, o exército e a polícia também funcionam pela ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução quanto nos "valores" que propõem para fora.

Do mesmo modo, mas no sentido inverso, é essencial dizer que, por sua vez, os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam maciça e predominantemente *pela ideologia*, mas também funcionam secundariamente pela repressão, ainda que, no limite, mas somente no limite, esta seja muito atenuada e escondida, até mesmo simbólica. (Não há algo que se possa chamar de aparelho puramente ideológico.) Assim, as escolas e igrejas dispõem de métodos adequados de punição, expulsão, seleção etc, para "disciplinar" não apenas seus pastores, mas também seus rebanhos. O mesmo se aplica à família... E o mesmo se aplica ao AIE cultural (censura, entre outras coisas) etc.

É preciso acrescentar que essa determinação do duplo "funcionamento" (em caráter predominante ou secundário) pela repressão e pela ideologia, conforme se trate do Aparelho (Repressivo) de Estado ou dos Aparelhos Ideológicos de Estado, deixa claro que se podem tecer combinações explícitas ou tácitas muito sutis, a partir da interação do Aparelho (Repressivo) de Estado com os Aparelhos Ideológicos de Estado. A vida cotidiana nos fornece inúmeros exemplos disso, mas eles devem ser minuciosamente estudados para que possamos ir além dessa mera observação.

No entanto, esse comentário nos leva a compreender o que constitui a união do corpo aparentemente desconexo dos AIEs. Se os AIEs "funcionam" maciça e predominantemente pela ideologia, o que unifica sua diversidade é precisamente esse funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual eles funcionam é sempre efetivamente unificada, a despeito de sua diversidade e suas contradições, *sob a ideologia dominante*, que é a ideologia da "classe dominante". Dado que, em princípio, a "classe dominante" detém o poder estatal (abertamente ou, na maioria das vezes, mediante alianças entre classes ou frações de classes), e, portanto, tem a seu dispor o Aparelho (Repressivo) de Estado, podemos admitir que essa mesma classe dominante é atuante nos Aparelhos Ideológicos de Estado, na medida em que, em última análise, é a ideologia dominante que se realiza nos Aparelhos Ideológicos de Estado, através de suas próprias contradições. É muito diferente, é claro, agir por meio de leis e decretos no Aparelho (Repressivo) de Estado e "agir" por intermédio da ideologia dominante nos Aparelhos Ideológicos de Estado. Será necessário investigar os pormenores dessa diferença — mas ela não pode mascarar a realidade de uma

identidade profunda. Ao que sabemos, *nenhuma classe é capaz de deter o poder estatal por um período prolongado sem, ao mesmo tempo, exercer sua hegemonia sobre e dentro dos Aparelhos Ideológicos de Estado*. Basta-me, como prova, apenas um exemplo: a angustiada preocupação de Lênin de revolucionar o AIE educacional (entre outros), simplesmente para possibilitar ao proletariado soviético, que havia tomado o poder estatal, assegurar o futuro da ditadura do proletariado e a transição para o socialismo.<sup>9</sup>

Este último comentário deixa-nos em condições de entender que os Aparelhos Ideológicos de Estado podem ser não apenas o *alvo*, mas também o *lugar* da luta de classes, e, freqüentemente, de formas encarniçadas de luta de classes. A classe (ou aliança de classes) que ocupa o poder não pode ditar a lei nos AIEs com a mesma facilidade com que o faz no Aparelho (Repressivo) de Estado, não só porque as antigas classes dominantes neles conseguem preservar posições de força durante muito tempo, mas também porque a resistência das classes exploradas é capaz de encontrar meios e oportunidades de se expressar ali, seja utilizando as contradições que ali existem, seja pela conquista de posições de combate dentro deles, na luta.<sup>10</sup>

Permitam-nos rever nossos comentários.

Se a tese que propusemos tem fundamento, somos levados a retomar a clássica teoria marxista do Estado, tornando-a mais precisa num aspecto. Dissemos que é necessário distinguir entre o poder estatal (e sua posse por...), de um lado, e o Aparelho de Estado, de outro. Mas acrescentamos que o Aparelho de Estado contém dois corpos: o corpo das instituições que representam o Aparelho Repressivo de Estado, por um lado, e o corpo de instituições que representam os Aparelhos Ideológicos de Estado, por outro.

Mas, se é assim, há que se formular a seguinte pergunta, mesmo nas condições sumaríssimas de minhas sugestões: qual é, exatamente, a extensão do papel dos Aparelhos Ideológicos de Estado? Em que se baseia sua importância? Em outras palavras, a que corresponde a "função" dos Aparelhos Ideológicos de Estado que não funcionam pela repressão, mas pela ideologia?

#### SOBRE A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

Podemos agora responder à questão central, deixada em suspenso por longas páginas: *como se assegura a reprodução das relações de produção?*

Na linguagem da tópica (infra-estrutura, superestrutura), dizemos: em sua maior parte,<sup>11</sup> ela é assegurada pela superestrutura jurídico-política e ideológica.

Mas, como argumentamos ser indispensável ir além dessa linguagem ainda descritiva, diremos: em sua maior parte, ela é assegurada pelo exercício do poder estatal nos Aparelhos de Estado — de um lado, o Aparelho (Repressivo) de Estado, e de outro, os Aparelhos Ideológicos de Estado.

Deve-se levar em conta o que dissemos antes, e que nós resumimos agora nas três características seguintes:

1. Todos os Aparelhos de Estado funcionam pela repressão e pela ideologia ao mesmo tempo, com a diferença de que o Aparelho (Repressivo) de Estado funciona maciça e predominantemente pela repressão, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam maciça e predominantemente pela ideologia.

2. Enquanto o Aparelho (Repressivo) de Estado constitui um todo organizado, cujas diferentes partes centralizam-se abaixo de uma unidade de comando — a da política da luta de classes aplicada pelos representantes políticos das classes dominantes que detêm o poder estatal —, os Aparelhos Ideológicos de Estado são múltiplos, distintos, “relativamente autônomos” e capazes de proporcionar um campo objetivo para as contradições, que expressam, sob formas limitadas ou extremadas, os efeitos dos choques entre a luta de classes capitalista e a luta de classes proletária, bem como suas formas subordinadas.

3. Enquanto a unidade do Aparelho (Repressivo) de Estado é garantida por sua organização, unificada e centralizada sob a liderança dos representantes das classes ocupantes do poder, que executam a política da luta de classes das classes que estão no poder, a unidade dos diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado é garantida, em geral sob formas contraditórias, pela ideologia dominante, a ideologia da classe dominante.

Levando em conta essas características, é possível representar da seguinte maneira a reprodução das relações de produção,<sup>12</sup> segundo uma espécie de “divisão do trabalho”.

O papel do Aparelho (Repressivo) de Estado, na medida em que ele é um aparelho repressor, consiste essencialmente em assegurar, através da força (física ou de outro tipo), as condições políticas de reprodução das relações de produção, que são, em última instância, relações *de exploração*. Não só o Aparelho de Estado contribui para grande parte de sua própria reprodução (o Estado capitalista contém dinastias políticas, dinastias militares etc), como também, e acima de tudo, o Aparelho de Estado assegura, através da repressão (desde a mais brutal força física, até meras ordens e proibições administrativas, ou a censura franca e tácita), as condições políticas de atuação dos Aparelhos Ideológicos de Estado.

Na verdade, é esta última que garante, em grande parte, a reprodução das relações de produção, por trás de um “escudo” fornecido pelo Aparelho (Repressivo) de Estado. É aí que o papel da ideologia dominante concentra-se maciçamente — a ideologia da classe dominante, que detém o poder estatal. É a intermediação da ideologia dominante que assegura uma “harmonia” (às vezes tensa) entre o Aparelho (Repressivo) de Estado e os Aparelhos Ideológicos de Estado, e também entre os diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado.

Somos, pois, levados a considerar a seguinte hipótese, justamente em função da diversidade dos Aparelhos Ideológicos de Estado em seu papel comum, porque compartilhado, de reprodução das relações de produção.

De fato, listamos um número relativamente grande de Aparelhos Ideológicos de Estado nas formações sociais capitalistas contemporâneas: o aparelho escolar, o religioso, o familiar, o político, o sindical, o das comunicações, o "cultural" etc.

Mas, nas formações sociais do modo de produção caracterizado pela "servidão" (geralmente chamado de modo de produção feudal), observa-se que, embora haja um único Aparelho (Repressivo) de Estado, o qual, desde os primeiros Estados conhecidos da Antiguidade, para não falar nas monarquias absolutas, foi formalmente muito semelhante ao que hoje conhecemos, o número de Aparelhos Ideológicos de Estado é menor, e seus tipos individuais são diferentes. Por exemplo, observa-se que, durante a Idade Média, a Igreja (o AIE religioso) acumulava diversas funções que atualmente competem a vários Aparelhos Ideológicos de Estado distintos, funções novas em relação ao passado que estamos evocando, em particular educacionais e culturais. Ao lado da Igreja, havia o Aparelho Ideológico de Estado da família, que desempenhava um papel considerável, incomparável ao seu papel nas formações sociais capitalistas. Apesar das aparências, a Igreja e a família não eram os únicos Aparelhos Ideológicos de Estado. Havia também um AIE político (os Estados Gerais, o Parlamento, as diferentes facções e Ligas políticas, ancestrais dos modernos partidos políticos, e todo o sistema político das Comunas livres e, depois, das *Villes*). Havia ainda um poderoso Aparelho Ideológico de Estado "proto-sindical", se podemos arriscar esse termo tão anacrônico (as guildas dos mercadores e banqueiros poderosos, as associações de artífices etc). Até as editoras e as informações assistiram a um desenvolvimento incontestável, assim como os espetáculos; a princípio, ambos eram parte integrante da Igreja, vindo depois a se tornar cada vez mais independentes dela.

No período histórico pré-capitalista, que examinamos em traços sumamente gerais, está absolutamente claro que *havia um Aparelho Ideológico de Estado dominante, a Igreja*, que concentrava em si não apenas as funções religiosas, mas também as escolares e grande parte das funções de informação e da "cultura". Não foi por acaso que toda a luta ideológica, desde o século XVI até o século XVIII, a partir dos primeiros choques da Reforma, *concentrou-se* numa luta anticlerical e anti-religiosa; isso se deu precisamente em função da posição dominante do Aparelho Ideológico de Estado religioso.

O principal objetivo e o principal resultado da Revolução Francesa não consistiram simplesmente em transferir o poder estatal da aristocracia feudal para a burguesia capitalista-comercial, romper em parte o antigo Aparelho Repressivo de Estado e substituí-lo por um novo (por exemplo, o Exército Nacional Popular), mas também combater o Aparelho Ideológico de Estado número um: a Igre-

ja. Daí a definição de um estatuto civil para o clero, o confisco dos bens eclesiásticos e a criação de novos Aparelhos Ideológicos de Estado para substituir o aparelho religioso em seu papel dominante.

Naturalmente, essas coisas não aconteceram de maneira automática: basta testemunharmos a Concordata, a Restauração e a longa luta de classes entre a aristocracia rural e a burguesia industrial durante todo o século XIX, em prol do estabelecimento da hegemonia burguesa em funções antes desempenhadas pela Igreja, sobretudo nas escolas. Pode-se dizer que a burguesia apoiou-se no novo AIE político, parlamentar-democrático, instalado nos primeiros anos da Revolução e reinstaurado após longas e violentas lutas, por alguns meses em 1848 e por décadas após a queda do Segundo Império, para conduzir seu combate contra a Igreja e dela arrancar as funções ideológicas — em outras palavras, para assegurar não apenas sua própria hegemonia política, mas também sua hegemonia ideológica, indispensável à reprodução das relações capitalistas de produção.

É por isso que acreditamos ser lícito propor a seguinte tese, com todos os riscos que ela comporta. Cremos que o Aparelho Ideológico de Estado que se instalou na posição *dominante* nas formações sociais capitalistas maduras, em decorrência de uma violenta luta política e ideológica de classes contra o antigo Aparelho Ideológico de Estado dominante, foi o *Aparelho Ideológico escolar*.

Essa tese talvez pareça paradoxal, dado que, para todo o mundo, isto é, na representação ideológica que a burguesia tentou dar a si mesma e às classes que ela explora, o AIE dominante nas formações sociais capitalistas realmente não parece ser a escola, mas o AIE político, ou seja, o regime de democracia parlamentar que combina o sufrágio universal e a luta partidária.

Entretanto, a história, inclusive a história recente, mostra que a burguesia foi e ainda é capaz de se ajustar a outros AIEs políticos que não a democracia parlamentar: o Primeiro e o Segundo Impérios, a Monarquia Constitucional (Luís XVIII e Carlos X), a Monarquia Parlamentar (Luís Filipe) e a Democracia Presidencial (de Gaulle), para mencionar apenas a França. Na Inglaterra, isso fica ainda mais claro. Ali, a Revolução foi particularmente “exitosa” do ponto de vista burguês, já que, ao contrário da França — onde a burguesia, em parte pela estupidéz da pequena nobreza, teve que concordar em ser conduzida ao poder pelas “jornadas revolucionárias”, camponesas e plebéias, que lhes custaram muito caro —, a burguesia inglesa soube “conciliar-se” com a aristocracia e “compartilhar” com ela o poder estatal e o uso do Aparelho de Estado durante muito tempo (paz entre todos os homens de boa vontade nas classes dominantes!). Na Alemanha as coisas são ainda mais impressionantes, pois foi sob um AIE político — protegido pelos *junkers* imperiais (cuja epítome foi Bismarck), com seu exército e sua polícia, e seus quadros dirigentes — que a burguesia imperialista fez seu arrasador ingresso na história, antes de “atravessar” a República de Weimar e se entregar ao nazismo.

Por isso, cremos ter boas razões para considerar que, nos bastidores de seu AIE político, que ocupa a frente do palco, o que a burguesia instalou como seu Aparelho Ideológico de Estado número um, isto é, dominante, foi o aparelho escolar, que de fato substituiu em suas funções o AIE dominante anterior, a Igreja. Poder-se-ia até acrescentar: o par escola-família substituiu o par Igreja-família.

Por que o aparelho educacional é de fato o Aparelho Ideológico de Estado dominante nas formações sociais capitalistas, e como ele funciona?

Por ora, basta dizer que:

1. Todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, sejam quais forem, contribuem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações capitalistas de exploração.

2. Cada qual contribui para esse resultado único da maneira que lhe é própria. O aparelho político, submetendo os indivíduos à ideologia política do Estado, à ideologia “democrática” “indireta” (parlamentar) ou “direta” (plebiscitária ou fascista). O aparelho da informação, empanturrando cada “cidadão” com doses diárias de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo, moralismo etc, através da imprensa, do rádio e da televisão: O mesmo se aplica ao aparelho cultural (o papel do esporte no chauvinismo é de suma importância) etc. O aparelho religioso, lembrando em seus sermões, e nas outras grandes cerimônias do Nascimento, Casamento e Morte, que o homem são apenas cinzas, a menos que ame seu próximo a ponto de dar a outra face a quem quer que bata primeiro. O aparelho familiar... bem, não há necessidade de prosseguir.

3. Esse concerto é regido por uma só partitura, ocasionalmente perturbada por contradições (as dos remanescentes das classes dominantes anteriores, as dos proletários e suas organizações): a partitura da ideologia da atual classe dominante, que integra em sua melodia os grandes temas do Humanismo dos Grandes Patriarcas, que produziram o Milagre Grego antes mesmo do Cristianismo, e depois a Glória de Roma, Cidade Eterna, e também os temas do Interesse, particular e geral, etc, do nacionalismo, do moralismo e do economicismo.

4. Não obstante, nesse concerto, um Aparelho Ideológico de Estado certamente detém o papel dominante, embora quase ninguém dê ouvidos à sua música — ele é tão silencioso! Trata-se da escola.

Ela pega crianças de todas as classes desde a tenra idade escolar e, durante anos — os anos em que a criança está mais “vulnerável”, espremida entre o Aparelho de Estado familiar e o Aparelho de Estado escolar —, martela em sua cabeça, quer utilize métodos novos ou antigos, uma certa quantidade de “saberes” embrulhados pela ideologia dominante (francês, aritmética, história natural, ciências, literatura), ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro (ética, orientação cívica, filosofia). Em algum momento por volta dos dezesseis anos, uma imensa massa de crianças é ejetada “para a produção”: trata-se dos operários ou

dos pequenos camponeses. Outra parcela de jovens academicamente ajustados segue adiante: e, para o que der e vier, avança um pouco mais, até ficar pelo caminho e ir preenchendo os postos dos técnicos pequenos e médios, dos funcionários de colarinho branco, dos pequenos e médios executivos, de toda sorte de pequeno-burgueses. Uma última porção chega ao topo, seja para cair no semi-emprego intelectual, seja para fornecer, além dos “intelectuais do trabalhador coletivo”, os agentes da exploração (capitalistas, dirigentes), os agentes da repressão (soldados, policiais, políticos, administradores etc) e os profissionais da ideologia (pregadores de todo tipo, em sua maioria “leigos” convictos).

Cada massa ejetada pelo caminho é provida, na prática, da ideologia que se ajusta ao papel que lhe compete exercer na sociedade de classes: o papel dos explorados (com uma consciência “altamente desenvolvida”, “profissional”, “ética”, “cívica”, “nacional” e “apolítica”); o papel dos agentes da exploração (capacidade de dar ordens aos trabalhadores e falar com eles: as “relações humanas”); dos agentes da repressão (capacidade de dar ordens e impor obediência “sem discussão”, ou capacidade de manipular a retórica demagógica do líder político); ou dos profissionais da ideologia (capacidade de tratar as consciências com o respeito — isto é, com o desdém, a chantagem e a demagogia — que elas merecem, adaptado às inflexões da Moral, da Virtude ou da “Transcendência”, da Nação, do Papel Mundial da França etc).

É claro que muitas dessas Virtudes contrastantes (modéstia, resignação e submissão, de um lado; cinismo, desprezo, arrogância, confiança, empáfia e até lábia e astúcia, de outro) também são ensinadas na família, na Igreja, no Exército, nos Bons Livros, nos filmes e até nos estádios de futebol. Mas nenhum outro Aparelho Ideológico de Estado tem a audiência obrigatória (e gratuita) da totalidade das crianças na formação social capitalista, oito horas por dia, durante cinco ou seis dias por semana.

É pelo aprendizado de saberes envoltos no repisar maciço da ideologia da classe dominante que são, em grande parte, reproduzidas as *relações de produção* de uma formação social capitalista, isto é, as relações dos explorados com os exploradores e dos exploradores com os explorados. Naturalmente, os mecanismos que produzem esse resultado, vital para o regime capitalista, são encobertos e ocultados por uma ideologia da escola, universalmente dominante por ser uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a escola como um ambiente neutro, desprovido de ideologia (por ser... laico), onde os professores, respeitadores da “consciência” e da “liberdade” das crianças que lhes são entregues (em completa confiança) pelos “pais” (também eles livres, isto é, proprietários de seus filhos), abrem para elas o caminho da liberdade, da moral e da responsabilidade de adultos, através de seu próprio exemplo, do saber, da literatura e de suas virtudes “libertadoras”.

Peço perdão aos professores que, em condições sumamente adversas, tentam

voltar as poucas armas que conseguem encontrar, na história e no saber que “ensinam”, contra a ideologia, o sistema e as práticas em que estão aprisionados. Eles são uma espécie de heróis. Mas são raros, e quantos (a maioria) nem sequer chegam a suspeitar do “trabalho” que o sistema (que é maior do que eles e os esmaga) os obriga a fazer, ou quantos, pior ainda, empenham todo o seu coração e habilidade para executá-lo da forma mais esmerada (os famosos novos métodos!). Tão pequena é a desconfiança deles de que sua própria dedicação contribui para a manutenção e a alimentação dessa representação ideológica da escola, que a torna hoje tão “natural”, indispensável/útil e até benéfica para nossos contemporâneos, quanto a Igreja era “natural”, indispensável e generosa para nossos ancestrais de alguns séculos atrás.

De fato, a Igreja foi hoje substituída, *em seu papel de AIE dominante*, pela escola. Acopla-se à família, exatamente como um dia a Igreja também esteve acoplada à família. Podemos hoje afirmar que a crise, de uma profundidade sem precedentes, que abala o sistema educacional de tantas nações do globo, amiúde em conjunção com uma crise (já proclamada no *Manifesto Comunista*) que abala o sistema familiar, assume um sentido político, uma vez que a escola (e o par escola-família) constitui o AIE dominante, o aparelho que desempenha um papel decisivo na reprodução das relações de produção de um modo de produção ameaçado em sua existência pela luta de classes mundial.

#### SOBRE A IDEOLOGIA

Quando propusemos o conceito de Aparelho Ideológico de Estado, quando afirmamos que os AIEs “funcionam pela ideologia”, invocamos uma realidade que requer uma certa discussão: a ideologia.

É sabido que a expressão “ideologia” foi inventada por Cabanis, Destutt de Tracy e seus amigos, que lhe atribuíram como objeto a teoria (genética) das idéias. Quando Marx retomou o termo, cinquenta anos depois, deu-lhe um sentido muito diferente, mesmo em suas obras de juventude. Ali, a ideologia é o sistema de idéias e representações que domina a mente de um homem ou de um grupo social. A luta ideológico-política conduzida por Marx, já em seus artigos na *Gazeta Renana*, colocou-o, inevitável e rapidamente, cara a cara com essa realidade, e forçou-o a aprofundar suas primeiras intuições.

Entretanto, aqui deparamos com um paradoxo bastante surpreendente. Tudo parecia levar Marx a formular uma teoria da ideologia. De fato, *A ideologia alemã* nos oferece, depois dos *Manuscritos de 1844*, uma teoria explícita da ideologia, mas... ela não é marxista (veremos isso dentro em pouco). Quanto a *O capital*, embora decerto contenha muitas sugestões de uma teoria das ideologias (visivelmente, a ideologia dos economistas vulgares), ele não contém essa teoria em si, que depende, em sua maior parte, de uma teoria da ideologia em geral.

Eu gostaria de arriscar um esboço inicial e muito esquemático de tal teoria. As teses que estou prestes a formular certamente não são improvisadas, mas não podem ser sustentadas e provadas, isto é, confirmadas ou rejeitadas, a não ser através de estudo e análise minuciosos.

*A ideologia não tem história*

Antes de mais nada, uma palavra para expor a razão que me parece, em princípio, fundamentar ou, pelo menos, justificar o projeto de uma teoria da ideologia *em geral*, e não de uma teoria de ideologias *particulares*, que, seja qual for sua forma (religiosa, ética, jurídica, política), sempre expressam *posições de classe*.

É bastante óbvio que é preciso avançar para uma teoria *das* ideologias nos dois aspectos que acabo de sugerir. Assim, há de estar claro que uma teoria *das* ideologias se baseia, em última instância, na história das formações sociais, e, portanto, dos modos de produção combinados nas formações sociais e das lutas de classes que se desenvolvem dentro delas. Nesse sentido, é claro que não há nenhuma possibilidade de uma teoria *das* ideologias *em geral*, já que *as* ideologias (definidas no duplo aspecto sugerido acima: regionais e de classe) têm uma história cuja determinação, em última instância, situa-se claramente fora das ideologias em si, embora as suponha.

Ao contrário, se estou apto a propor o projeto de uma teoria da ideologia *em geral*, e se essa teoria é realmente um dos elementos de que dependem as teorias *das* ideologias, isso acarreta uma proposição aparentemente paradoxal, que expressarei nos seguintes termos: *a ideologia não tem história*.

Como sabemos, essa formulação aparece literalmente numa passagem de *A ideologia alemã*. Marx a enuncia a respeito da metafísica, que, ele diz, tem tão pouca história quanto a moral (fica subentendido: e as outras formas de ideologia).

Em *A ideologia alemã*, essa formulação aparece num contexto francamente positivista. A ideologia é concebida como pura ilusão, puro sonho, isto é, como o nada. Toda a sua realidade lhe é externa. Assim, a ideologia é pensada como um constructo imaginário cujo *status* é exatamente idêntico ao *status* teórico do sonho entre os autores anteriores a Freud. Para esses autores, o sonho era o resultado puramente imaginário, ou seja, nulo, de "resíduos diurnos" dispostos num arranjo e numa ordem arbitrários, e às vezes até "invertidos" — em outras palavras, em "desordem". Para eles, o sonho era o imaginário vazio e nulo, arbitrariamente "montado", uma vez fechados os olhos, a partir dos restos da única realidade plena e positiva, a realidade do dia. É exatamente esse o *status* da filosofia e da ideologia em *A ideologia alemã* (já que, nesse livro, a filosofia é a ideologia por excelência).

Para Marx, portanto, a ideologia é uma montagem imaginária, um puro sonho, vazio e fútil, constituído pelos "resíduos diurnos" da única realidade plena e positiva: a da história concreta de indivíduos concretos, materiais, produzindo

materialmente sua existência. É com base nisso que a ideologia não tem história em *A ideologia alemã*, já que sua história está fora dela; a única história existente é a história dos indivíduos concretos etc. Em *A ideologia alemã*, portanto, a tese de que a ideologia não tem história é uma tese puramente negativa, pois significa:

1. que a ideologia não é nada, na medida em que é puro sonho (fabricado sabe-se lá por qual poder, ou pela alienação da divisão do trabalho, mas também essa é uma determinação *negativa*);

2. que a ideologia não tem história, o que não significa, decididamente, que nela não haja história (muito pelo contrário, pois ela é meramente o reflexo pálido, vazio e invertido da história real), mas que ela não tem uma história *própria*.

Pois bem, embora a tese que desejo defender, falando formalmente, adote os termos de *A ideologia alemã* ("a ideologia não tem história"), ela é radicalmente diferente da tese positivista-historicista de *A ideologia alemã*.

Por um lado, penso ser possível afirmar que *as ideologias têm uma história própria* (ainda que esta seja determinada, em última instância, pela luta de classes); e por outro, creio ser possível afirmar que *a ideologia em geral não tem história* — não num sentido negativo (sua história lhe é externa), mas num sentido absolutamente positivo.

Esse sentido é positivo — se é verdade que a peculiaridade da ideologia está em ela ser dotada de uma estrutura e funcionamento tais que a tornam uma realidade a-histórica, isto é, uma realidade *oni-histórica* — no sentido de essa estrutura e funcionamento serem imutáveis, acharem-se presentes de uma mesma forma em tudo o que chamamos história, no sentido em que o *Manifesto Comunista* define a história como lutas de classes, isto é, a história das sociedades de classes.

Para fornecer uma referência teórica neste ponto, eu poderia dizer que — voltando ao nosso exemplo do sonho, desta vez em sua concepção freudiana — nossa proposição de que *a ideologia não tem história* pode e deve (e de um modo que não tem absolutamente nada de arbitrário, mas, muito pelo contrário, é teoricamente necessário, pois há um vínculo orgânico entre as duas proposições) ser diretamente relacionada com a proposição freudiana de que *o inconsciente é eterno*, isto é, não tem história.

Se eterno não significa transcendente a toda a história (temporal), mas onipresente, trans-histórico, e portanto imutável em sua forma em toda a extensão da história, adotarei a expressão de Freud palavra por palavra e escreverei: *a ideologia é eterna*, exatamente como o inconsciente. E acrescento que julgo essa comparação teoricamente justificada pelo fato de que a eternidade do inconsciente guarda alguma relação com a eternidade da ideologia em geral.

É por isso que creio ser lícito, ao menos por conjectura, propor uma teoria da ideologia *em geral*, no sentido como Freud expôs uma teoria do inconsciente *em geral*.

Para simplificar a expressão, é conveniente, levando em conta o que se disse sobre as ideologias, usar o simples termo "ideologia" para designar a ideologia em geral, que acabei de dizer que não tem história, ou — o que dá na mesma — que é eterna, isto é, onipresente em sua forma imutável por toda a história (= história das formações sociais que englobam as classes sociais). Por ora, vou restringir-me às "sociedades de classes" e sua história.

*A ideologia é uma "representação" da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência*

Para me aproximar de minha tese central sobre a estrutura e funcionamento da ideologia, apresentarei primeiramente duas teses, uma negativa e outra positiva. A primeira diz respeito ao objeto "representado" sob a forma imaginária da ideologia; a segunda diz respeito à materialidade da ideologia.

TESE I: A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.

É comum chamarmos a ideologia religiosa, a ideologia moral, a ideologia jurídica, a ideologia política etc de "concepções de mundo". A menos que vivamos uma dessas ideologias como a verdade (por exemplo, "acreditemos" em Deus, no Dever, na Justiça etc), admitimos que a ideologia que estamos discutindo de um ponto de vista crítico, examinando-a como um etnólogo examina os mitos de uma "sociedade primitiva", que essas "concepções de mundo" são em grande medida imaginárias, ou seja, não "correspondem à realidade".

Entretanto, mesmo admitindo que elas não correspondem à realidade, isto é, que constituem uma ilusão, admitimos que elas efetivamente se referem à realidade, e que só precisam ser "interpretadas" para que se descubra a realidade do mundo que está por trás dessa representação imaginária desse mundo (ideologia = *ilusão/alusão*).

Há diferentes tipos de interpretação, os mais famosos dos quais são o tipo *mecanicista*, corrente no século XVIII (Deus é a representação imaginária do Rei real) e a interpretação "*hermenêutica*", inaugurada pelos primeiros Patriarcas da Igreja e retomada por Feuerbach e pela escola teológico-filosófica descendente dele — por exemplo, o teólogo Barth (para Feuerbach, por exemplo, Deus é a essência do Homem real). O ponto essencial é que, desde que interpretemos a transposição (e a inversão) imaginária da ideologia, chegamos à conclusão de que, na ideologia, "os homens representam para si mesmos suas condições reais de existência sob forma imaginária".

Infelizmente, essa interpretação deixa um probleminha por resolver: por que os homens "precisam" dessa transposição imaginária de suas condições reais de existência para "representar para si" essas condições reais de existência?

A primeira resposta (a do século XVIII) propõe uma solução simples: os Padres ou os Déspotas são os responsáveis. Eles “forjaram” Belas Mentiras para que, acreditando obedecer a Deus, os homens de fato obedecessem aos Padres e aos Déspotas, o mais das vezes aliados em sua impostura, os Padres agindo em favor dos interesses dos Déspotas ou vice-versa, conforme as posições políticas dos “teóricos”. Há, pois, uma causa para a transposição imaginária das condições reais de existência: essa causa é a existência de um pequeno número de homens cínicos, que fundamentam sua dominação e exploração do “povo” numa representação falseada do mundo, que eles criaram com o objetivo de escravizar outras mentes, dominando-lhes a imaginação.

A segunda resposta (a de Feuerbach, retomada literalmente por Marx em suas obras de juventude) é mais “profunda”, ou seja, igualmente falsa. Também ela procura e encontra uma causa para a transposição imaginária e para a distorção das condições reais de existência dos homens, em suma, para a alienação, no imaginário da representação, das condições de existência dos homens. Essa causa já não são os Padres ou os Déspotas, nem tampouco sua imaginação ativa e a imaginação passiva de suas vítimas. Essa causa é a alienação material que impera nas condições de vida dos próprios homens. Assim é que, em *A questão judaica* e em outros textos, Marx defende a idéia feuerbachiana de que os homens criam para si uma representação alienada (= imaginária) de suas condições de existência porque essas mesmas condições de existência são alienantes (nos *Manuscritos de 1844*, porque essas condições são dominadas pela essência da sociedade alienada: o “trabalho alienado”).

Todas essas interpretações tomam ao pé da letra a tese que pressupõem e da qual dependem, isto é, a de que o que se reflete na representação imaginária do mundo encontrada na ideologia são as condições de existência dos homens, ou seja, seu mundo real.

Agora posso voltar a uma tese que já antecipei: o que “os homens” “representam para si” na ideologia não são suas situações reais de existência, seu mundo real; acima de tudo, é sua relação com essas condições de existência que se representa para eles na ideologia. É essa relação que está no centro de toda representação ideológica, portanto imaginária, do mundo real. É nessa relação que se acha a “causa” que tem de explicar a deformação imaginária da representação ideológica do mundo real. Ou então, deixando de lado a linguagem da causalidade, é necessário formular a tese de que a natureza imaginária dessa relação é que subjaz a toda a deformação imaginária que se pode observar (quando não se vive em sua verdade) em qualquer ideologia.

Falando numa linguagem marxista: se é verdade que a representação das condições reais de existência dos indivíduos que ocupam os postos de agentes de produção, exploração, repressão, ideologização e prática científica tem raízes, em última instância, nas relações de produção e nas relações decorrentes das relações

de produção, podemos dizer o seguinte: toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações que delas decorrem), mas, acima de tudo, a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas decorrem. O que é representado na ideologia, portanto, não é o sistema das relações reais que regem a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais em que vivem.

Se é assim, a questão da "causa" da deformação imaginária das relações reais na ideologia desaparece e deve ser substituída por uma questão diferente: por que a representação dada aos indivíduos de sua relação (individual) com as relações sociais que regem suas condições de existência e sua vida coletiva e individual é, necessariamente, imaginária? E qual é a natureza desse imaginário? Formulada dessa maneira, a questão desacredita a solução pautada numa "panelinha",<sup>13</sup> num grupo de indivíduos (Padres ou Déspotas) que seriam os autores da grande mistificação ideológica, assim como desacredita a solução pautada no caráter alienado do mundo real. Na seqüência da exposição veremos por quê. Por ora, não irei mais adiante.

TESE II: A ideologia tem uma existência material.

Já nos referimos a essa tese, de passagem, ao dizer que as "idéias" ou "representações" etc que parecem formar a ideologia não têm uma existência ideal [*idéale* ou *idéelle*]\* ou espiritual, mas material. Chegamos mesmo a sugerir que a existência ideal [*idéale* ou *idéelle*] e espiritual das "idéias" tem raízes exclusivamente em uma ideologia da "idéia" e da ideologia, e, permitam-me acrescentar, em uma ideologia do que parece haver "fundamentado" essa concepção desde o surgimento das ciências, isto é, do que os praticantes das ciências representam para si, em sua ideologia espontânea, como "idéias", verdadeiras ou falsas. É claro que, apresentada sob forma de uma afirmação, essa tese não está demonstrada. Peço apenas que o leitor adote uma disposição favorável a ela, digamos, em nome do materialismo. Uma longa série de argumentos seria necessária para prová-la.

Essa conjectura da existência não espiritual, mas material, das "idéias" ou outras "representações" é realmente necessária para que prossigamos em nossa análise da natureza da ideologia. Ou melhor, ela é simplesmente útil, para melhor revelar o que toda análise minimamente séria de qualquer ideologia mostra, imediata e empiricamente, a qualquer observador, por mais crítico que seja.

Ao discutir os Aparelhos Ideológicos de Estado e suas práticas, dissemos que cada um deles era a realização de uma ideologia (sendo a unidade dessas diferen-

\* Althusser usa os dois termos em seqüência. O segundo deles, "*idéelle*", tem as acepções de ideativa, conceitual, imaginária. (N. da T.)

tes ideologias regionais — religiosa, moral, jurídica, política, estética etc — garantida por sua sujeição à ideologia dominante). Retornamos agora a essa tese: uma ideologia existe sempre num aparelho e em sua prática ou práticas. Essa existência é material.

Obviamente, a existência material da ideologia num aparelho e em suas práticas não é da mesma modalidade que a existência material de uma pedra de calçamento ou de um fuzil. Mas, correndo o risco de ser tomado por neo-aristotélico (assinalemos que Marx tinha enorme consideração por Aristóteles), direi que “a matéria se expressa em muitos sentidos”, ou melhor, que ela existe em diferentes modalidades, todas enraizadas, em última instância, na matéria “física”.

Dito isto, tomemos o caminho mais curto e vejamos o que acontece com os “indivíduos” que vivem numa ideologia, isto é, numa determinada representação (religiosa, moral etc) do mundo, cuja deformação imaginária depende de sua relação imaginária com suas condições de existência; em outras palavras, em última instância, com as relações de produção e com as relações de classe (ideologia = relação imaginária com as relações reais). Diremos que essa relação imaginária tem, ela mesma, existência material.

Agora, observemos o seguinte.

Um indivíduo acredita em Deus, ou no Dever, na Justiça etc. Essa crença decorre (para todo o mundo, isto é, para todos os que vivem numa representação ideológica da ideologia, que reduz a ideologia a idéias dotadas, por definição, de uma existência espiritual) das idéias do indivíduo em questão, ou seja, dele como sujeito provido de uma consciência que contém as idéias de sua crença. Desse modo, isto é, mediante o dispositivo “conceitual” absolutamente ideológico assim instaurado (um sujeito dotado de uma consciência em que ele forma livremente ou reconhece livremente as idéias em que acredita), o comportamento (material) do sujeito em causa é uma decorrência natural.

O indivíduo em questão porta-se de tal ou qual maneira, adota tais e tais comportamentos práticos e, mais importante, participa de algumas práticas submetidas a regras, que são as do aparelho ideológico de que “dependem” as idéias que ele, com plena consciência, livremente escolheu como sujeito. Se acredita em Deus, ele vai à igreja assistir à missa, ajoelha, reza, confessa-se, faz penitência (em certa época, ela era material, no sentido comum do termo) e, naturalmente, arrepende-se, e continua etc. Se acredita no Dever, ele tem as atitudes correspondentes, inscritas em práticas rituais “de acordo com os princípios corretos”. Se acredita na Justiça, submete-se sem discussão às normas do Direito e pode até protestar quando elas são violadas, assinar petições, participar de manifestações etc.

Em todo esse esquema, observamos que a própria representação ideológica da ideologia é forçada a reconhecer que todo “sujeito” dotado de uma “consciência”, e confiando nas “idéias” que sua “consciência” lhe inspira e livremente acei-

ta, deve "agir de acordo com suas idéias" — portanto, deve inscrever suas idéias, como sujeito livre, nos atos de sua prática material. Se não o fizer, está errado.

Na verdade, se ele não faz o que deveria fazer em função daquilo em que acredita, é porque faz alguma outra coisa, o que, ainda em função do mesmo esquema idealista, sugere que ele tem outras idéias na cabeça além daquelas que proclama, e age de acordo com essas outras idéias, como um homem "inconseqüente" ("ninguém é voluntariamente mau"), ou cínico, ou perverso.

Em qualquer dos casos, a ideologia da ideologia reconhece, portanto, apesar de sua deformação imaginária, que as "idéias" de um sujeito humano existem ou devem existir em seus atos, e que, quando isso não acontece, ela lhe atribui outras idéias correspondentes aos atos (mesmo perversos) que ele de fato pratica. Essa ideologia fala de atos; nós falaremos de atos inseridos em *práticas*. E pretendemos assinalar que essas práticas são regidas por *rituais* em que elas se inscrevem, dentro da *existência material de um aparelho ideológico*, nem que seja numa pequena parte desse aparelho: uma pequena missa numa igrejinha, um funeral, um joguinho num clube esportivo, um dia de aula, uma reunião de partido político etc.

Aliás, devemos à "dialética" defensiva de Pascal a esplêndida fórmula que nos facultará inverter a ordem do esquema nocional da ideologia. Pascal diz mais ou menos o seguinte: "Ajoelhe-se, mexa seus lábios numa oração e você terá fé." Assim, ele inverte escandalosamente a ordem das coisas, trazendo, como Cristo, não a paz, mas a discórdia, e além disso algo que dificilmente seria cristão (pois triste daquele que traz o escândalo ao mundo!) — o próprio escândalo. Um escândalo afortunado, que o fez ater-se, pela provocação jansenista, a uma linguagem que nomeia diretamente a realidade.

Hão de nos permitir deixar Pascal entregue aos argumentos de sua luta ideológica com o AIE religioso de sua época. E não de esperar que usemos um vocabulário mais diretamente marxista, pois estamos avançando por terrenos ainda precariamente explorados.

Assim, diremos que, no que tange a um único sujeito (tal ou qual indivíduo), a existência das idéias que formam sua crença é material, pois *suas idéias são seus atos materiais, inseridos em práticas materiais regidas por rituais materiais, os quais, por seu turno, são definidos pelo aparelho ideológico material de que derivam as idéias desse sujeito*. Naturalmente, as quatro inscrições do adjetivo "material" em nossa formulação devem ser vistas de formas diferentes: a materialidade de um deslocamento para ir à missa, do ajoelhar-se, do gesto do sinal da cruz ou do *mea culpa*, de uma frase, uma oração, um ato de contrição, uma penitência, um olhar, um aperto de mãos, de um discurso verbal externo ou de um discurso verbal "interno" (a consciência), não são uma e a mesma materialidade. Deixarei de lado o problema de uma teoria das diferenças entre as modalidades da materialidade.

Persiste o fato de que, nessa apresentação invertida das coisas, não estamos lidando com "inversão" alguma, já que constatamos que algumas noções pura e simplesmente desapareceram de nossa nova exposição, enquanto outras, ao contrário, sobrevivem, e novos termos aparecem.

Desapareceu: o termo *idéias*.

Sobrevivem: os termos *sujeito, consciência, crença, atos*.

Aparecem: os termos *práticas, rituais, aparelho ideológico*.

Por conseguinte, não se trata de uma derrubada (exceto no sentido em que se poderia dizer que um governo ou um copo são derrubados), mas de um remanejamento (de tipo não ministerial) — um remanejamento muito estranho, já que chegamos ao seguinte resultado.

Desaparecem as idéias como tais (enquanto dotadas de uma existência ideal ou espiritual), na exata medida em que ficou claro que sua existência está inscrita nos atos ou práticas regidos por rituais que se definem, em última instância, por um aparelho ideológico. Assim, evidencia-se que o sujeito age na medida em que "é agido" pelo seguinte sistema (enunciado na ordem de sua determinação real): uma ideologia existente num aparelho ideológico material, que prescreve práticas materiais regidas por um ritual material, práticas estas que existem nos atos materiais de um sujeito que age, com plena consciência, de acordo com sua crença.

Mas essa própria apresentação revela que preservamos as seguintes noções: sujeito, consciência, crença, atos. Dessa série, extrairemos de imediato o termo central decisivo, do qual depende tudo o mais: a noção de *sujeito*.

E formularemos prontamente duas teses conjuntas:

1. não existe prática, a não ser através de uma ideologia, e dentro dela;
2. não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos.

Agora, podemos chegar à nossa tese central.

#### *A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos*

Esta tese apenas torna explícita minha última proposição: não existe ideologia, exceto pelo sujeito e para sujeitos. O que significa: não existe ideologia a não ser para sujeitos concretos, e essa destinação da ideologia só é possível pelo sujeito, ou seja, *pela categoria de sujeito e seu funcionamento*.

Com isso quero dizer que, mesmo que ela só apareça com esse nome (o sujeito) com o advento da ideologia burguesa, e sobretudo com o advento da ideologia jurídica,<sup>14</sup> a categoria do sujeito (que pode funcionar com outros nomes, como, a alma em Platão, Deus etc) é a categoria constitutiva de qualquer ideologia, seja qual for sua determinação (regional ou de classe) e seja qual for sua datação histórica — já que a ideologia não tem história.

Dizemos que a categoria do sujeito é constitutiva de qualquer ideologia, mas, ao mesmo tempo e imediatamente, acrescentamos que a *categoria do sujeito só é constitutiva de qualquer ideologia na medida em que toda ideologia tem a função (que a define) de "constituir" indivíduos concretos como sujeitos*. É nesse jogo de dupla constituição que toda ideologia funciona, não sendo a ideologia mais do que seu funcionamento nas formas materiais de existência desse funcionamento.

Para apreender o que se segue, é essencial reconhecer que tanto o autor destas linhas quanto o leitor que as lê são, eles mesmos, sujeitos, e portanto, sujeitos ideológicos (proposição tautológica), isto é, que o autor e o leitor destas linhas vivem, "espontânea" ou "naturalmente", numa ideologia, no sentido em que afirmamos que "o homem é um animal ideológico por natureza".

O fato de o autor, na medida em que escreve as linhas de um discurso que se pretende científico, estar completamente ausente, como "sujeito", de "seu" discurso científico (pois todo discurso científico, por definição, é um discurso sem sujeito, não existe "sujeito da ciência", a não ser numa ideologia da ciência) é uma outra questão, que deixaremos de lado por enquanto.

Como disse admiravelmente São Paulo, é no "Logos" — entendamos, na ideologia — que temos "o ser, o movimento e a vida". Decorre daí que, para vocês e para mim, a categoria do sujeito é uma "evidência" básica (as evidências são sempre básicas): é claro que você e eu somos sujeitos (livres, morais etc). Como todas as evidências, inclusive as que fazem com que uma palavra "nomeie uma coisa" ou "tenha um significado" (incluindo, portanto, as evidências da "transparência" da linguagem), essa "evidência" de que você e eu somos sujeitos — e de que isso não é um problema — é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar.<sup>15</sup> Com efeito, é uma peculiaridade da ideologia impor (sem aparentar fazê-lo, já que se trata de "evidências") as evidências como evidências, que não podemos *deixar de reconhecer* e diante das quais temos a inevitável e natural reação de exclamar (em voz alta ou no "silêncio da consciência"): "É evidente! É isso mesmo! É verdade!"

Nessa reação opera a função ideológica do *reconhecimento*, que é uma das duas funções da ideologia como tal (sendo seu inverso a função do *desconhecimento* [*méconnaissance*]).

Tomando um exemplo altamente "concreto": todos temos amigos que, quando batem em nossa porta e perguntamos através dela "Quem é?", respondem (já que "é evidente"): "Sou eu". E reconhecemos que "é ele" ou "ela". Abrimos a porta e, "é verdade, é ela mesma que está ali". Tomemos outro exemplo: quando reconhecemos na rua alguém de nosso conhecimento (prévio) [(*re*)-*connaissance*], mostramos que o reconhecemos (e que reconhecemos que ele nos reconheceu) dizendo-lhe "Como é que vai, amigo!" e apertando sua mão (uma prática ritual material do reconhecimento ideológico na vida cotidiana, pelo menos na França; em outros lugares, há outros rituais).

Nesse comentário preliminar e nessas ilustrações concretas, quero apenas assinalar que você e eu somos *sempre já* sujeitos, e que, como tais, praticamos constantemente os rituais do reconhecimento ideológico, o qual nos garante que somos de fato sujeitos concretos, individuais, distinguíveis e (naturalmente) insubstituíveis. O texto que estou redigindo neste momento e a leitura que você está fazendo neste momento<sup>16</sup> também são, nesse aspecto, rituais de reconhecimento ideológico, que incluem a “evidência” com que a “veracidade” ou a “equivocação” de minhas reflexões podem impor-se a você.

Mas, reconhecer que somos sujeitos e que funcionamos nos rituais práticos da mais elementar vida cotidiana (o aperto de mão, o fato de eu o (a) chamar pelo nome, o fato de eu saber, mesmo que não saiba qual é ele, que você “tem” um nome próprio, que significa que você é reconhecido(a) como um sujeito único etc) só nos dá a “consciência” de nossa prática incessante (eterna) do reconhecimento ideológico — a consciência dela, ou seja, seu *reconhecimento* —, mas não nos fornece, em nenhum sentido, o *conhecimento* (científico) do mecanismo desse reconhecimento. Ora, quando falamos em ideologia e de dentro da ideologia, é esse conhecimento que temos de atingir, se quisermos esboçar um discurso que tente romper com a ideologia, para que ele ouse ser o começo de um discurso científico (isto é, sem sujeito) sobre a ideologia.

Assim, para representar por que a categoria do “sujeito” é constitutiva da ideologia, que só existe ao constituir sujeitos concretos em sujeitos, empregarei um modo especial de exposição: suficientemente “concreta” para ser reconhecida, mas abstrata o bastante para ser pensável e pensada, dando origem a um conhecimento.

Como formulação inicial, direi: *toda ideologia invoca ou interpela os indivíduos como sujeitos concretos*, pelo funcionamento da categoria de sujeito.

Essa é uma proposição que exige fazermos uma distinção, por ora, entre os indivíduos concretos, de um lado, e os sujeitos concretos, de outro, embora, nesse nível, os sujeitos concretos só existam na medida em que têm como suporte um indivíduo concreto.

Depois, vamos sugerir que a ideologia “age” ou “funciona” de maneira tal que “recruta” sujeitos entre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou que “transforma” os indivíduos em sujeitos (transforma-os a todos), por essa operação muito precisa que denominei de *interpelação*, e que pode ser imaginada nos moldes da mais corriqueira interpelação cotidiana da Polícia (ou de outro): “Ei, você aí!”<sup>17</sup>

Presumindo-se que a cena teórica que imaginei ocorra na rua, o indivíduo chamado se voltará. Por essa mera virada física de 180 graus, ele se torna *sujeito*. Por quê? Porque reconheceu que o chamado “realmente” se dirigia a ele, e que “era *realmente ele* que estava sendo chamado” (e não outra pessoa). A experiência mostra que a comunicação prática dos chamamentos é tamanha que eles raramente erram seu alvo: quer se trate de uma interpelação verbal ou de um asso-

bio, o interpelado sempre reconhece que é realmente ele quem está sendo chamado. E, no entanto, trata-se de um fenômeno estranho, que não pode ser explicado apenas pelos "sentimentos de culpa", a despeito do grande número dos que "têm um peso na consciência".

Naturalmente, a bem da conveniência e da clareza de nosso teatrinho teórico, tivemos que apresentar as coisas sob a forma de uma seqüência, com um antes e um depois, e portanto, sob a forma de uma sucessão temporal. Há indivíduos andando. Em algum lugar (geralmente, atrás deles), soa o chamado: "Ei, você aí!" Um indivíduo (nove em cada dez vezes, o indivíduo certo) se volta, acreditando/desconfiando/sabendo que é com ele, isto é, reconhecendo que "é realmente ele" quem é visado pelo chamamento. Mas, na realidade, essas coisas acontecem sem nenhuma sucessão. A existência da ideologia e o chamamento ou interpelação dos indivíduos como sujeitos são uma e a mesma coisa.

Poderíamos acrescentar: o que parece ocorrer fora da ideologia (para ser exato, na rua) ocorre, na realidade, na ideologia. O que de fato acontece na ideologia, portanto, parece acontecer fora dela. É por isso que quem está na ideologia acredita-se, por definição, fora dela: um dos efeitos da ideologia é a *negação* prática, pela ideologia, do caráter ideológico da ideologia. A ideologia nunca diz "sou ideológica". É preciso estar fora da ideologia, isto é, no saber científico, para poder dizer: "eu estou na ideologia" (caso muito excepcional) ou "eu estava na ideologia" (caso geral). Como se sabe, a acusação de estar na ideologia só se aplica aos outros, nunca ao próprio sujeito (a menos que se seja realmente espinozista ou marxista, o que, nessa matéria, é ser exatamente a mesma coisa). Isso equivale a dizer que a ideologia *não tem um exterior* (para si mesma), mas, ao mesmo tempo, *que ela não é nada senão o exterior* (para a ciência e a realidade).

Espinoza explicou isso com perfeição dois séculos antes de Marx, que o praticou, mas sem explicá-lo em detalhe. Mas deixemos de lado esse ponto, embora ele seja carregado de conseqüências, conseqüências que são não apenas teóricas, mas também diretamente políticas, já que, por exemplo, toda a teoria da crítica e da autocrítica, a regra de ouro da práxis marxista-leninista da luta de classes, depende delas.

Portanto, a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos. Já que a ideologia é eterna, devemos agora eliminar a forma temporal em que expusemos seu funcionamento e dizer: a ideologia sempre já interpelou os indivíduos como sujeitos, o que equivale a deixar claro que os indivíduos são sempre já interpelados pela ideologia como sujeitos, o que nos leva, necessariamente, a uma última proposição: *os indivíduos são sempre já sujeitos*. Daí os indivíduos serem "abstratos" em relação aos sujeitos que eles sempre já são. Essa proposição talvez pareça paradoxal.

Não obstante, que o indivíduo é sempre já sujeito, antes mesmo de nascer, é a simples realidade, acessível a qualquer um e nem um pouco paradoxal. Freud

mostrou que os indivíduos são sempre “abstratos” em relação aos sujeitos que eles sempre já são, simplesmente observando o ritual ideológico que cerca a expectativa de um “nascimento”, esse “afortunado evento”. Todo o mundo sabe o quanto e de que maneira uma criança ainda não nascida é esperada. O que equivale a dizer, muito prosaicamente — se concordarmos em abandonar os “sentimentos”, isto é, as formas de ideologia familiar (paterna/materna/conjugal/fraterna) em que a criança por nascer é esperada —, que é certo, de antemão, que ela receberá o nome do pai e, por conseguinte, terá uma identidade e será insubstituível. Antes de nascer, portanto, a criança é sempre já um sujeito, apontada como tal na e pela configuração ideológica familiar específica em que é “esperada” depois de concebida. Mal preciso acrescentar que essa configuração ideológica familiar é, em sua singularidade, altamente estruturada, e que é nessa estrutura implacável e mais ou menos “patológica” (pressupondo que se possa atribuir algum sentido a esse termo) que o antigo sujeito-por-vir terá que “encontrar” “seu” lugar, ou seja, “tornar-se” o sujeito sexual (menino ou menina) que já é de antemão. É claro que essa coerção e pré-designação ideológicas, bem como todos os rituais de criação e educação na família, têm uma certa relação com o que Freud estudou sob a forma das “fases” pré-genital e genital da sexualidade, isto é, da “captação” do que Freud registrou, por seus efeitos, como sendo o inconsciente. Mas deixemos também este ponto de lado.

Permitam-me dar mais um passo. Aquilo para o qual voltarei minha atenção agora é o modo como os “atores” dessa *mise en scène* da interpelação e seus respectivos papéis refletem-se na própria estrutura de toda ideologia.

*Um exemplo: a ideologia religiosa cristã*

Como a estrutura formal de qualquer ideologia é sempre a mesma, restringiremos a análise a um único exemplo, acessível a todos, que é o da ideologia religiosa, com a ressalva de que essa mesma demonstração pode ser produzida para a ideologia moral, jurídica, política, estética etc.

Consideremos, pois, a ideologia religiosa cristã. Usaremos uma figura de retórica para “fazê-la falar”, isto é, para compilar num discurso ficcional o que ela “diz”, não apenas em seus dois Testamentos, seus teólogos e seus sermões, mas também em suas práticas, rituais, cerimônias e sacramentos. A ideologia religiosa cristã diz alguma coisa assim: dirijo-me a você, indivíduo humano chamado Pedro (todo indivíduo é chamado por seu nome, no sentido passivo, nunca é ele quem se dá seu próprio nome), para lhe dizer que Deus existe e que você deve responder perante Ele. E acrescenta: Deus dirige-Se a você por minha voz (posto que as Escrituras compilaram a palavra de Deus, a tradição a transmitiu, e a infalibilidade papal fixou-a para sempre em seus pontos “delicados”). Ela diz: eis quem você é: você é Pedro! Esta é sua origem, você foi criado por Deus para toda a eternidade, embora tenha nascido em 1920 d.C.! Este é seu lugar no mundo!

Isto é o que você deve fazer! Por esses meios, se observar a "lei do amor", você será salvo, Pedro, e se tornará parte do glorioso Corpo de Cristo! Etc...

Ora, esse é um discurso muito conhecido e banal, mas é, ao mesmo tempo, muito surpreendente.

Surpreendente porque, se considerarmos que a ideologia religiosa realmente se dirige aos indivíduos<sup>18</sup> a fim de "transformá-los em sujeitos", interpelando o indivíduo Pedro para fazer dele um sujeito, livre para obedecer ou desobedecer ao apelo, isto é, aos mandamentos de Deus; se ela invoca esses indivíduos por seus nomes, assim reconhecendo que eles são sempre já interpelados como sujeitos dotados de uma identidade pessoal (a ponto de o Cristo de Pascal dizer: "Foi por ti que derramei esta gota de meu sangue!"); se ela os interpela de tal maneira que o sujeito responde "*Sim, sou eu mesmo!*", se obtém deles o reconhecimento de que eles realmente ocupam o lugar que ela lhes designa como seu no mundo, como uma residência fixa: "Sou eu mesmo, estou aqui, operário, patrão ou soldado!" neste vale de lágrimas; se obtém deles o reconhecimento de um destino (vida ou maldição eternas) consoante ao respeito ou desprezo que eles demonstrarem pelos "mandamentos de Deus", Amor tornado Lei; se tudo isso efetivamente acontece dessa maneira (nas práticas dos rituais conhecidos do batismo, crisma, comunhão, confissão e extrema-unção etc), cabe notar que todo esse "processo" para estabelecer sujeitos religiosos cristãos é dominado por um fenômeno estranho: só poder haver tal multidão de possíveis sujeitos religiosos sob a condição absoluta de que haja um *Outro Sujeito Absoluto*, Único, isto é, Deus.

Convém designar esse novo e notável Sujeito grafando Sujeito com S maiúsculo, para distingui-lo dos sujeitos comuns, com s minúsculo.

Depreende-se, pois, que a interpelação dos indivíduos como sujeitos pressupõe a "existência" de um Outro Sujeito, Único e Central, em cujo Nome a ideologia religiosa interpela todos os indivíduos como sujeitos. Tudo isso está escrito com clareza<sup>19</sup> no que é justamente chamado de as Escrituras.

E sucedeu que nesse momento o Senhor Deus (Jeová) falou a Moisés do meio das nuvens. E o Senhor bradou a Moisés, "Moisés!" E Moisés respondeu: "Eis-me (realmente) aqui! Sou eu, Moisés, vosso servo, falai e escutarei!" E o Senhor falou a Moisés e lhe disse: "*Eu sou o que sou.*"

Assim, Deus Se define como o Sujeito por excelência, aquele que é por si e para si ("Eu sou o que sou"), e que interpela seu sujeito, o indivíduo sujeitado a ele por sua própria interpelação, isto é, o indivíduo chamado Moisés. E Moisés, interpelado-chamado por seu nome, tendo reconhecido que era "realmente" ele quem estava sendo chamado por Deus, reconhece que é um sujeito, um sujeito *de Deus*, um sujeito submetido a Deus, *um sujeito através do Sujeito e sujeitado ao Sujeito*. Prova disso é que ele Lhe obedece e faz seu povo obedecer aos mandamentos de Deus.

Deus, portanto, é o Sujeito, e Moisés e os inúmeros sujeitos do povo de Deus, os interlocutores-interpelados do Sujeito: seus *espelhos*, seus *reflexos*. Acaso os homens não foram feitos à *imagem de Deus*? Como prova toda reflexão teológica, embora “pudesse” muito bem ter prescindido dos homens..., Deus necessita deles, o Sujeito precisa dos sujeitos, assim como os homens precisam de Deus, como os sujeitos necessitam do Sujeito. Melhor ainda: Deus precisa dos homens, o Sujeito maiúsculo precisa de sujeitos, mesmo quando ocorre a terrível inversão de Sua imagem neles (quando os sujeitos espojam-se na devassidão, isto é, no pecado).

Melhor: Deus Se duplica e envia Seu Filho à Terra, como um mero sujeito “abandonado” por Ele (o longo lamento do Jardim das Oliveiras, que termina na Crucificação) — sujeito mas Sujeito, homem mas Deus —, para fazer o que irá preparar o terreno para a Redenção final, a Ressurreição de Cristo. Portanto, Deus precisa “fazer-Se” homem, o Sujeito precisa tornar-se sujeito, como que para mostrar empiricamente, de um modo visível aos olhos e tangível às mãos (*vide* São Tomás) dos sujeitos, que, se eles são sujeitos, sujeitados ao Sujeito, isso é unicamente para que, no fim, no Dia do Juízo Final, eles reingressem no Seio do Senhor, como Cristo, ou seja, reingressem no Sujeito.<sup>20</sup>

Decifremos em linguagem teórica essa esplêndida necessidade da duplicação *do Sujeito em sujeitos e do próprio Sujeito num sujeito-Sujeito*.

Observa-se que a estrutura de qualquer ideologia, ao interpelar os indivíduos como sujeitos em nome de um Sujeito Único e Absoluto, é *especular*, ou seja, é uma estrutura em espelho, e *duplamente* especular: essa duplicação em espelho é constitutiva da ideologia e garante seu funcionamento. O que equivale a dizer que toda ideologia é *centrada*, que o Sujeito Absoluto ocupa o lugar singular do Centro e interpela a seu redor a infinidade de indivíduos a se tornarem sujeitos, numa dupla relação especular, de tal ordem que *sujeita* os sujeitos ao Sujeito, ao mesmo tempo que lhes dá, no Sujeito em que cada sujeito pode contemplar sua própria imagem (presente e futura), a *garantia* de que isso realmente concerne a eles e a Ele, e de que, como tudo ocorre dentro da Família (da Sagrada Família: a Família é essencialmente Sagrada), “Deus nela *reconhecerá* os seus” — ou seja, aqueles que reconheceram Deus e que se reconheceram n’Ele serão salvos.

Façamos um resumo do que descobrimos sobre a ideologia em geral.

A dupla estrutura especular da ideologia garante, simultaneamente:

1. a interpelação dos “indivíduos” como sujeitos;
2. sua sujeição ao Sujeito;
3. o reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito, o reconhecimento dos sujeitos entre si e, por último, o reconhecimento de si mesmo pelo sujeito;<sup>21</sup>
4. a *garantia* absoluta de que tudo realmente é assim e de que, desde que os sujeitos reconheçam o que são e se comportem consoantemente, tudo ficará bem: “*Amém — Assim seja*”.

Resultado: apanhados nesse sistema quádruplo de interpelação como sujeitos, de submissão ao Sujeito, de reconhecimento universal e de garantia absoluta, os sujeitos “trabalham”, e “trabalham sozinhos”, na vasta maioria dos casos, com exceção dos “maus sujeitos”, que vez por outra provocam a intervenção de um dos destacamentos do Aparelho (Repressivo) de Estado. Mas a vasta maioria de (bons) sujeitos trabalha direitinho “por ela mesma”, isto é, pela ideologia (cujas formas concretas realizam-se nos Aparelhos Ideológicos de Estado). Eles se inserem em práticas regidas pelos rituais dos AIEs. “Reconhecem” o existente [*das Bestehende*], que “é realmente verdade que as coisas são assim, e não de outra maneira”, e que eles devem obedecer a Deus, à sua consciência, ao padre, a de Gaulle, ao chefe, ao engenheiro, que “amarás o próximo como a ti mesmo” etc. Seu comportamento concreto, material, é simplesmente a inscrição, na vida, das admiráveis palavras da oração: “*Amém — Assim seja*”.

Sim, os sujeitos “trabalham sozinhos”. Todo o mistério desse efeito reside nos dois primeiros momentos do sistema quádruplo que acabei de discutir, ou, se você preferir, na ambigüidade do termo *sujeito*. No sentido corrente do termo, sujeito efetivamente significa: (1) uma subjetividade livre, um centro de iniciativas, autor e responsável por seus atos; (2) um ser sujeitado, que se submete a uma autoridade superior e que, portanto, é desprovido de qualquer liberdade, exceto a de aceitar livremente sua submissão. Esta última observação nos dá o sentido dessa ambigüidade, que é meramente um reflexo do efeito que a produz: o indivíduo é *interpelado como sujeito (livre) para que se submeta livremente aos mandamentos do Sujeito, isto é, para que aceite (livremente) sua sujeição*, ou seja, para que “execute sozinho” os gestos e atos de sua sujeição. *Não há sujeitos senão por e para sua sujeição*. É por isso que eles “funcionam sozinhos”.

“*Assim seja!...*” Essa frase, que registra o efeito a ser obtido, prova que as coisas não são “naturalmente” assim (“naturalmente”: fora da oração, isto é, fora da intervenção ideológica). Essa frase prova que *tem* que ser assim, para que as coisas sejam como devem ser; soltemos as palavras: para que se garanta a reprodução das relações de produção, inclusive nos processos de produção e circulação, todos os dias, na “consciência”, isto é, no comportamento dos indivíduos-sujeitos que ocupam os lugares que a divisão técnica e social do trabalho lhes atribui na produção, exploração, repressão, ideologização, prática científica, etc. Com efeito, o que está realmente em questão nesse mecanismo do reconhecimento especular do Sujeito e dos indivíduos interpelados como sujeitos, e da garantia dada pelo Sujeito aos sujeitos, se eles aceitarem livremente sua sujeição aos “mandamentos” do Sujeito? A realidade envolvida nesse mecanismo, a realidade necessariamente *desconhecida* [*méconnue*] nas próprias formas de reconhecimento (ideologia = desconhecimento/ignorância), é de fato, em última instância, a reprodução das relações de produção e das relações delas derivadas.

janeiro-abril de 1969

P.S. Estas poucas teses esquemáticas permitem esclarecer alguns aspectos do funcionamento da superestrutura e de seu modo de intervenção na infra-estrutura, mas são obviamente *abstratas* e, necessariamente, deixam sem resposta diversos problemas importantes, que devem ser mencionados:

1. O problema do *processo global* da realização da reprodução das relações de produção.

Como um dos componentes desse processo, os AIEs *contribuem* para essa reprodução. Mas esse ponto de vista, de sua simples contribuição, ainda é abstrato.

É somente dentro dos processos de produção e circulação que essa reprodução *se realiza*. Ela é realizada pelo mecanismo desses processos, nos quais a formação dos trabalhadores se “conclui”, seus postos lhes são atribuídos etc. É nos mecanismos internos desses processos que o efeito das diferentes ideologias se faz sentir (sobretudo o efeito da ideologia jurídico-moral).

Mas esse ponto de vista ainda é abstrato. Pois, numa sociedade de classes, as relações de produção são relações de exploração e, por conseguinte, relações entre classes antagônicas. A reprodução das relações de produção, objetivo último da classe dominante, não pode, pois, ser uma simples operação técnica que prepare e distribua os indivíduos nos diferentes postos da “divisão técnica” do trabalho. Na verdade, não existe “divisão técnica” do trabalho, a não ser na ideologia da classe dominante: toda divisão “técnica”, toda organização “técnica” do trabalho é a forma e a máscara de uma divisão e organização *sociais* (= de classes) do trabalho. A reprodução das relações de produção, portanto, só pode ser um empreendimento de classe. Realiza-se através de uma luta de classes que opõe a classe dominante à classe explorada.

Assim, o *processo global* de realização da reprodução das relações de produção permanece abstrato, enquanto não for enfocado sob o ponto de vista dessa luta de classes. Adotar o ponto de vista da reprodução, portanto, equivale, em última instância, a adotar o ponto de vista da luta de classes.

2. O problema da natureza de classe *das* ideologias existentes numa formação social.

O “mecanismo” da ideologia *em geral* é uma coisa. Vimos que ele pode ser reduzido a alguns princípios, expressos em poucas palavras (tão “precárias” quanto as que, segundo Marx, definem a produção *em geral*, ou as que, em Freud, definem o inconsciente *em geral*). Se há nele alguma verdade, esse mecanismo é *abstrato* em relação a todas as formações ideológicas reais.

Sugeri que as ideologias *realizavam-se* em instituições, em seus rituais e suas práticas, nos AIEs. Vimos que, com base nisso, elas *contribuem* para essa forma de luta de classes que é vital para a classe dominante, a reprodução das relações de produção. Mas o ponto de vista em si, por mais real que seja, ainda é abstrato.

De fato, o Estado e seus aparelhos só têm sentido do ponto de vista da luta de classes, como um aparelho da luta de classes que assegura a opressão das classes e

garante as condições de exploração e sua reprodução. Mas não há luta de classes sem classes antagônicas. Quem fala em luta de classe da classe dominante fala em resistência, revolta e luta de classe da classe dominada.

É por isso que os AIEs não são a realização da ideologia *em geral*, nem tampouco a realização sem conflito da ideologia da classe dominante. A ideologia da classe dominante não se transforma na ideologia dominante pela graça divina, nem em virtude da simples tomada do poder estatal. É através da instauração dos AIEs, em que essa ideologia é realizada e se realiza, que ela se torna a dominante. Mas essa instauração não se faz sozinha; ao contrário, é o pivô de uma luta de classes muito acirrada e contínua, primeiro contra as classes dominantes anteriores e sua posição nos velhos e novos AIEs, e depois contra a classe explorada.

Mas esse ponto de vista da luta de classes nos AIEs continua a ser abstrato. De fato, a luta de classes nos AIEs é mesmo um aspecto da luta de classes, às vezes importante e sintomático: por exemplo, a luta anti-religiosa do século XVIII, ou a "crise" do AIE escolar em todos os países capitalistas de hoje. Mas as lutas de classes nos AIEs são apenas um aspecto de uma luta de classes que vai além deles. A ideologia que uma classe detentora do poder transforma na ideologia dominante, em seus AIEs, de fato se "realiza" nesses AIEs, porém vai muito além deles, pois vem de outro lugar. Similarmente, a ideologia que uma classe dominada consegue defender, dentro e contra esses AIEs, vai além deles, pois vem de outro lugar.

É somente do ponto de vista das classes, isto é, da luta de classes, que se podem explicar as ideologias existentes numa formação social. Não só é desse ponto de partida que se pode explicar a realização da ideologia dominante nos AIEs, bem como das formas de luta de classes de que os AIEs são a sede e o pivô, como também, e acima de tudo, é desse ponto de partida que é possível compreender a proveniência das ideologias que se realizam nos AIEs e que neles se confrontam. Pois, se é verdade que os AIEs representam a *forma* em que a ideologia da classe dominante tem que, *necessariamente*, se realizar, e a forma com que a ideologia da classe dominada tem que, *necessariamente*, ser comparada e confrontada, as ideologias não "nascem" nos AIEs, e sim nas classes sociais que estão em confronto na luta de classes: em suas condições de existência, suas práticas, sua experiência da luta etc.

abril de 1970

#### NOTAS

1. Este texto compõe-se de dois excertos de um estudo em andamento. O subtítulo, "Notas para uma investigação", é do próprio autor. As idéias expostas não devem ser encaradas como mais que a introdução a uma discussão.
2. Marx a Kugelmann, 11 de julho de 1868, *Selected Correspondence*, Moscou, 1955, p. 209.
3. Marx deu-lhe seu conceito científico: *capital variável*.

4. Em *For Marx* (Londres, 1969) e *Reading Capital* (Londres, 1970).
5. *Tópica*, do grego *topos*, lugar. A *tópica* representa, num espaço definido, os respectivos *sítios* ocupados por diversas realidades: assim, o econômico está *embaixo* (na base), e a superestrutura, *em cima*.
6. Ao que eu saiba, Gramsci foi o único a percorrer uma certa distância na trilha que estou tomando. Ele teve a idéia "notável" de que o Estado não podia ser reduzido ao Aparelho (Repressivo) de Estado, mas incluía, a seu ver, um certo número de instituições da "*sociedade civil*": a Igreja, as escolas, os sindicatos etc. Infelizmente, Gramsci não sistematizou suas intuições, que permaneceram em estado de notas argutas, mas fragmentadas (cf. Gramsci, *Selections from the Prison Notebooks*, International Publishers, 1971, p. 12, 259, 260-63; ver também a carta a Tatiana Schucht de 7 de setembro de 1931, em *Gramsci's Private Letters. Lettere del Carcere*, trad. Hamish Henderson, Londres, 1988, p. 159-62).
7. A família, obviamente, tem outras "funções" além das de um AIE. Ela intervém na reprodução da força de trabalho. Nos diferentes modos de produção, é unidade de produção e/ou unidade de consumo.
8. A "Lei" pertence tanto ao Aparelho (Repressivo) de Estado quanto ao sistema dos AIEs.
9. Num texto patético, escrito em 1937, Krupskaya narrou a história dos esforços desesperados de Lênin e o que ela considerou ter sido o fracasso dele.
10. Evidentemente, o que eu disse nessas breves palavras sobre a luta de classes nos AIEs está longe de esgotar a questão da luta de classes.  
 Para abordar essa questão, há que ter dois princípios em mente:  
 O primeiro princípio foi formulado por Marx no *Prefácio da Contribuição à crítica da economia política*: "Ao considerar essas transformações [uma revolução social], convém sempre fazer uma distinção entre a transformação material das condições econômicas de produção, que podem ser determinadas com a precisão da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, estéticas ou filosóficas — em suma, as formas ideológicas — em que os homens conscientizam-se desse conflito e o conduzem." A luta de classes, portanto, é expressa e exercida sob formas ideológicas, e também, sendo assim, nas formas ideológicas dos AIEs. Mas a luta de classes *estende-se muito além* dessas formas, e é por se estender para além delas que a luta das classes exploradas também deve ser exercida nas formas dos AIEs, voltando, com isso, a arma da ideologia contra as classes que ocupam o poder.  
 Isso, em virtude do segundo princípio: a luta de classes vai além dos AIEs porque se enraíza noutro lugar que não a ideologia, na infra-estrutura, nas relações de produção, que são relações de exploração e constituem a base das relações de classe.
11. Em sua maior parte, pois as relações de produção são inicialmente reproduzidas pela materialidade dos processos de produção e circulação. Mas não se deve esquecer que as relações ideológicas acham-se imediatamente presentes nesses mesmos processos.
12. Quanto à parte da reprodução para a qual o Aparelho (Repressivo) de Estado e o Aparelho Ideológico de Estado *contribuem*.
13. Uso deliberadamente esse termo moderníssimo. Pois, até nos círculos comunistas, infelizmente, é comum "explicar-se" um desvio político (um oportunismo de direita ou de esquerda) pela ação de uma "panelinha".
14. Que tomou de empréstimo a categoria jurídica de "sujeito da lei", para fazer dela uma noção ideológica: o homem é, por natureza, um sujeito.
15. Os lingüistas e os que recorrem à lingüística para vários fins deparam, freqüentemente, com dificuldades que surgem por eles desconhcerem a ação dos efeitos ideológicos em todos os discursos — até mesmo nos discursos científicos.
16. Esse duplo "neste momento" é mais uma prova de que a ideologia é "eterna", já que esses dois "neste momento" são separados por um intervalo indefinido; estou escrevendo estas linhas em 6 de abril de 1969, e você pode lê-las em qualquer ocasião posterior.

17. O chamamento, como prática cotidiana sujeita a um ritual preciso, assume uma forma muito "especial" na prática de "interpelação" do policial concernente à interpelação dos "suspeitos".
18. Embora saibamos que o indivíduo é sempre já sujeito, continuamos a usar esse termo, que é conveniente pelo efeito contrastante que produz.
19. Faço a citação de modo associativo, não ao pé da letra, mas "no espírito da verdade".
20. O dogma da Trindade é justamente a teoria da duplicação do Sujeito (o Pai) num sujeito (o Filho) e da ligação especular entre eles (o Espírito Santo).
21. Hegel é (sem saber) um "teórico" admirável da ideologia, na medida em que é um "teórico" do Reconhecimento Universal, que infelizmente termina na ideologia do Saber Absoluto. Feuerbach é um "teórico" assombroso da ligação especular, que infelizmente termina na ideologia da Essência Humana. Para encontrar o material com que construir uma teoria da garantia, devemos voltar-nos para Espinoza.